

# INFORME

Informativo da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – USP

## ARTIGO

### *CONSCIÊNCIAS DA CRISE*

PROFA. DRA. SYLVIA GEMIGNANI GARCIA

DOCENTE DO DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA,

PRESIDENTE DA COMISSÃO ORGANIZADORA DE *A UNIVERSIDADE EM QUESTÃO*  
RODOLFO VIANNA

ESTUDANTE DE JORNALISMO DA ECA,

ESTAGIÁRIO DO SERVIÇO DE DIVULGAÇÃO E INFORMAÇÃO (SDI) DA FLCH.

Novos cenários constroem-se na atualidade e cabe à universidade enfrentar as questões postas pelo presente. Com isso em vista, a Congregação da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas organizou o ciclo de palestras *A universidade em questão* entre os dias 26 de maio e 17 de junho no auditório do Departamento de História. O ciclo contou com a participação de professores da casa, de professores convidados e com um público composto majoritariamente de estudantes.

A primeira conferência foi proferida pelo professor de sociologia da Unicamp Laymert Garcia dos Santos. Como pontos principais, o professor destacou o surgimento



#### *Ciclo de Palestras*

*"A Universidade em*

*Questão"*

*realizado no*

*Anfiteatro de História*

*entre os dias 26 de*

*maio a 17 de junho*

de uma nova epistemologia do conhecimento e da informação, pela qual eles são tomados como matéria prima passível de apropriação pelo capital. Através desse novo princípio, surgido no estágio atual do capitalismo, a relevância do conhecimento é avaliada pela sua potencialidade de valor futuro, no interior da lógica de produção material; e não mais como produtora de cultura humana. Nesse quadro, as ciências humanas tornam-se "ciências menores" ou, pejorativamente, "ciências abstratas", que não podem ser facilmente geridas pela lógica técnico-científica. Isso explica a forma pela qual as Faculdades de Filosofia e as Humanidades passam, progressivamente, a ser vistas, "consideradas como um parque temático no qual sobrevive uma espécie em extinção", nas palavras do conferencista.

## ARTIGO

*CONSCIÊNCIA DA CRISE, 1*

RODOLFO VIANNA

PROFA. DRA. SYLVIA GEMIGNANI GARCIA

## EDITORIAL

*Profa. Dra. Eni de Mesquita Samara, 2*

## ENTREVISTA

*USP ZONA LESTE, 6*

PROFA. DRA. MYRIAM KRASILCHIK

PROF. DR. RENATO DA SILVA QUEIROZ

PROF. DR. WANDRLEY MESSIAS COSTA

## CENTRO DE LÍNGUAS

*A INTERNACIONALIZAÇÃO DA UPS*

*E O ENSINO DE LÍNGUAS ESTRANGEIRAS, 8*

## COMISSÃO DE GRADUAÇÃO

*O PAPEL DA COMISSÃO DE GRADUAÇÃO*

*NO ENSINO ACADÊMICO, 9*

## PROFESSOR EMÉRITO

*OUTORGA DO TÍTULO DE PROFESSOR EMÉRITO*

*À PROFA. DRA. PAULA BEIGUELMAN, 11*

## NOTÍCIAS, 17

## CONGREGAÇÃO

*OFÍCIO DIRETORIA, 18*

*PORTARIA INTERNA Nº 14/2003, 18*

*PORTARIA INTERNA Nº 015/203, 19*

*PORTARIA INTERNA Nº 016/2003, 19*

*A UNIVERSIDADE PÚBLICA*

*E A REFORMA DA PROVIDÊNCIA, 20*

## ESPAÇO MEMÓRIA

*PROFESSOR ANTONIO CANDIDO, 24*

## EVENTOS

*PROFA. DRA. MARILENA CHAUI*

*RECEBE TÍTULO, 31*

*HOMENAGEM*

*À PROFA. DRA. MARILENA CHAUI, 31*

*V COLÓQUIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS*

*SOBRE O SÉCULO XVII - HOMENAGEM AO*

*PROFESSOR LÍVIO TEIXEIRA, 31*

## HUMANITAS

*PARTICIPAÇÃO E POLÍTICA PÚBLICA:*

*OS CONELHOS TUTELARES DA CRIANÇA*

*EM SÃO PAULO, 31*

*CÁTIA AIDA SILVA*

*LNÇAMENTO DO LIVRO*

*KALEIDOSCOPIC VIEWS OF IRELAND, 32*

*MUNIRA H. MUTRAN & LAURA P. Z. IZARRA*

## EDITORIAL

Este número do *Informe* enfatiza especialmente a questão do ensino na universidade e é com este objetivo que reunimos matérias e entrevistas de grande interesse para a comunidade acadêmica. Assim, foram entrevistados professores que nos elucidaram a respeito da implantação da USP Zona Leste e também temos matérias específicas sobre a nossa Unidade, dedicadas ao ensino de línguas estrangeiras e ao papel da Comissão de Graduação no âmbito acadêmico, mas além disso, foram abordados assuntos de grande importância como por exemplo, o ciclo de debates promovido pela FFLCH sobre a Universidade, que ocorreu entre os dias 27 de maio e 17 de junho no Anfiteatro do Departamento de História e que reuniu inúmeros especialistas de renome nacional.

Temos ainda na pauta de acontecimentos desse período, a concessão do título de Professora Emérita à Dra. Paula Beiguelman com os respectivos discursos de saudação e da própria outorgada. No entanto, as matérias e notícias não param por aí e debates recentes como a Universidade Pública e a reforma da previdência contaram com uma contribuição fundamental do Grupo de Trabalho indicado pela Congregação desta Faculdade.

O espaço Memória, por sua vez, tem um destaque especial nesse mês com a entrevista concedida pelo Prof. Antonio Candido que inicia uma série que deverá ocorrer todos os meses a partir deste número e que integra as Comemorações dos 70 Anos da nossa Faculdade.

Pelo que se pode perceber, o Informe vem crescendo bastante nos últimos meses e ampliando a nossa rede de notícias internas com informações variadas sobre o nosso dia-a-dia, as comissões, os centros de pesquisa e os eventos que vêm ocorrendo. As matérias, por sua vez, têm procurado focalizar debates recentes e questões que dizem respeito à nossa vida acadêmica. Por isso, o próximo número será dedicado à pesquisa na FFLCH e esperamos com isso, mostrar o rigor científico, a seriedade e a diversidade dos trabalhos que desenvolvemos.

ENI DE MESQUITA SAMARA  
Editora



Prof. Laymert Garcia dos Santos, da UNICAMP

As ciências naturais dão o molde do enquadramento técnico-científico contemporâneo. Nessas áreas, a notável preponderância da pesquisa aplicada ou do desenvolvimento de produtos a partir da base teórica estabelecida põe em risco a própria continuidade do conhecimento científico no futuro. Para o professor da Unicamp, trata-se de um processo antropofágico destinado à exaustão, como se uma casa fosse erguida retirando os tijolos de sua base.

Esses são, em termos gerais, os principais problemas a serem enfrentados pela universidade em nosso tempo: no campo das ciências naturais, a possibilidade de sua erosão como resultado da própria lógica de produção praticada em seu interior; na área das ciências humanas, a perda de espaço do exame crítico da realidade e de intervenção no debate público, definindo sua situação atual em termos de uma falta em relação ao seu perfil histórico: tudo se passa, acredita o sociólogo, como se as ciências humanas tivessem perdido "os dentes para morder".

O professor Laymert tematizou, ainda, a necessidade de construir uma real interdisciplinaridade, uma efetiva "transversalidade do conhecimento" que supere o sistema vigente de disciplinas encasteladas em "feudos". E foi mais além, ao afirmar que muitas disciplinas "já estão fazendo água", e que "assim como elas nasceram em um determinado momento histórico, elas podem morrer também num determinado momento histórico", provocou ele, "e isso não é necessariamente ruim".

No dia 6 de junho foi o professor do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Héglio Trindade, que continuou o ciclo de palestras.

## EXPEDIENTE

### UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

#### REITOR:

Prof. Dr. Adolpho José Melfi

#### VICE-REITOR:

Prof. Dr. Hélio Nogueira da Cruz

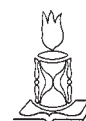
#### DIRETOR:

Prof. Dr. Sedi Hirano

#### VICE-DIRETORA:

Profa. Dra. Eni de Mesquita Samara

COMITÊ EDITORIAL DO INFORME: Profa. Dra. Eni de Mesquita Samara (DH), Prof. Dr. Gabriel Cohn (DCP), Prof. Dr. Pablo Ruben Mariconda (DF), Profa. Dra. Maria Aparecida de Aquino (DH), Profa. Dra. Iná Camargo Costa (DTLLC), Sra. Eliana Bento da S. A. Barros (SDI) - Membro assessor. COORDENAÇÃO: Eliana Bento da Silva Amaluzzi Barros - MTb 35814. SECRETARIA: Wiviane Ribeiro do Carmo. PROJETO GRÁFICO: Dorli Hiroko Yamaoka - MTb 35815, Erbert A. Silva - MTb 35870. DIAGRAMAÇÃO: Dorli Hiroko Yamaoka. COLABORADORES: Rodolfo Vianna, Stella Wilderom, Vanessa Vieira Mariano. MONTAGEM: Charles de Oliveira, Marcelo Domingues. IMPRESSÃO: Gráfica - FFLCH/USP. TIRAGEM: 2000 exemplares.



Prof. Héglio  
Trindade, da  
UFRS



Para ele, a capacidade de sempre responder aos desafios de seu tempo foi o que fez a universidade sobreviver por tantos séculos desde a Idade Média.

O professor traçou uma breve linha de evolução da instituição desde o seu surgimento, no século XII. Apontou sua ligação inicial com as ciências naturais e com a Igreja Católica, sua transformação com a Renascença, quando voltou-se também para as humanidades, mesmo que ainda sofrendo com a mescla de ciência e religião que, para ele, acarretava num "obscurantismo na universidade". No século XVII, houve a oficialização da ciência como estudo autônomo, iniciando o processo que levaria aos moldes atuais de universidade. Mas, destaca o professor, se a igreja perdeu seu espaço dentro da universidade, ele foi ocupado pela figura do estado, surgindo as instituições estatais sob duas concepções: a francesa e a prussiana. A primeira, que originou as Escolas Napoleônicas, vê na universidade a instituição formadora de quadros qualificados para o governo. Já a segunda, idealizada por Humboldt, acredita que o papel da universidade é o de oferecer uma formação ampla, não voltada a um fim profissional específico ou apenas técnico. No caso da Prússia e, posteriormente, da Alemanha, as universidades não foram meras formadoras de quadros, explica o professor, "mas sim consolidadoras da própria nação", uma orientação, aliás, presente de modo marcante na fundação da Universidade de São Paulo.

Nos períodos subseqüentes da época moderna, quando, na expressão de Jurgen Habermas, a ciência torna-se o invólucro do capitalismo, a idéia de autonomia universitária precisa ser reconsiderada. "Depois de Hiroshima, a ciência perdeu a inocência", ressaltou o professor, indo de encontro ao ideal de uma pesquisa neutra na construção de uma ciência pura. Héglio Trindade observou que o próprio financiamento estatal, que em certas configurações históricas foi fonte de independência para o pensamento investigativo, pode minar a liberdade da instituição. O complexo campo das relações entre estado, ciência e universidade na atualidade foi designado pelo professor como um "triângulo das Bermudas".

Traçada a linha das transformações gerais da universidade, Héglio Trindade também abordou a evolução da instituição no Brasil, ressaltando especialmente as rupturas em relação aos projetos fundadores. Atualmente, o professor identifica um processo de "eutanasia", caracterizado pela crescente escassez de recursos que acaba por romper com

o tecido de integração interna, e que foi iniciado, paradoxalmente, com a redemocratização do país.

As privatizações também foram consideradas como frutos dessa lógica da eutanásia, uma vez que representa um recuo notável da esfera pública como provedora da educação no país, deixando o espaço livre para a entrada de capital privado. Com 70% das matrículas do ensino superior localizadas em instituições particulares, o Brasil é responsável pela "contribuição mais perversa" para os índices da América Latina, revela o professor, baseado em um conjunto de dados estatísticos apresentados ao longo de sua exposição. Mesmo no México, cuja política econômica possui semelhanças com a brasileira, a porcentagem da participação do ensino superior privado oscila entre 15 e 20%, não ultrapassando essa cifra dada a atuação reguladora do estado. No caso dos Estados Unidos, Héglio Trindade afirmou que é preciso abandonar de vez o mito tantas vezes reiterado de que o ensino superior norte-americano é privado. Segundo ele, 70% dos estudantes daquele país cursam o ensino superior em instituições públicas, sendo universidades particulares como Harvard, Princeton e outras apenas "gotas num oceano".

Por fim, o professor retomou sua abordagem histórica das transformações da universidade para considerar as necessidades que se põem para o presente. "Apesar de tudo, o que se espera (da instituição) é a consciência de sua crise", alertou. Nessa medida, deve contemplar a necessidade de expansão do sistema universitário de um modo que não se limite a deixar o problema a cargo do setor privado ou a buscar sua solução pela via da massificação da universidade pública.

No dia 9 de junho, foi a vez do professor do Departamento de Filosofia da FFLCH, Franklin Leopoldo e Silva, analisar o tema da crise na história da Faculdade de Filosofia da USP (seja na época em que estava estruturada como Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, seja na atual Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas). "A Faculdade de Filosofia, como a própria universidade, sempre conviveu com a crise", ressaltou ele. A crise é configurada, explica o professor, quando uma instituição insere-se em uma realidade histórica sem adaptar-se completamente a ela. Esse descompasso em relação ao presente marca a Faculdade de Filosofia da USP desde sua criação.

Baseado em estudo da professora Irene Car-



Prof. Franklin  
Leopoldo e  
Silva, do  
Departamento  
de Filosofia da  
FFLCH/USP



do, do Departamento de Sociologia, Franklin Leopoldo e Silva retomou alguns momentos da história da USP para caracterizar os sentidos da crise. Na época da fundação, em 1934, o projeto de um segmento da burguesia paulista, que buscava uma modernidade política conforme os moldes do pensamento liberal, concebeu a educação como uma ferramenta de organização social. Voltada para a formação de elites intelectuais, a universidade cumpriria um papel civilizatório já que a atuação dessas elites levaria ao progresso cultural de toda a sociedade nacional.

Nessa chave, os fundadores equacionaram de maneira notável a tensão constitutiva das relações entre estado e universidade, pois se o estado financia a universidade visando a realização de seus próprios fins, a universidade não pode estar subjugada ao estado sob pena de não conseguir desempenhar seus papéis específicos. No projeto fundador, o objetivo de formar as elites dirigentes se afirma respeitando os interesses gerais da sociedade, sempre designados “os mais altos interesses”, de modo a fazer coincidir os fins do estado com os da universidade. A “proeza” de fazer convergir os interesses do estado, os interesses gerais do indivíduo e a autonomia universitária caberia, justamente, à Faculdade de Filosofia, enquanto lugar da dimensão universal do conhecimento e, portanto, núcleo irradiador do sentido da atividade universitária.

Contudo, jamais a concepção realizou-se. Desde o início, a Faculdade de Filosofia teve uma participação ambígua no interior da universidade, pois sempre esteve apartada dos centros de poder político da instituição. O núcleo intelectual, afirma o professor, “nunca se tornou pólo de irradiação de poder”. Esse deslocamento, presente desde a fundação, reconfigura-se ao longo do tempo sendo, portanto, aspecto básico para o entendimento dos diversos períodos críticos da Faculdade durante sua história.

Também a crise atual, na análise do professor Franklin, deriva da não participação efetiva da Faculdade de Filosofia nos centros de poder da instituição. Deslocada, ela é objeto das investidas do sistema tecnocrático, às quais ainda sobrevive. Entretanto, “na visão não digo pessimista, mas de um velho professor”, a tendência é que se transforme,

em breve, em uma “escola politécnica de humanidades”, sendo que “as próprias ciências humanas estão no caminho de se transformarem em tecnociências”. Nesse quadro, “a necessidade da existência da Faculdade de Filosofia é diretamente proporcional ao empenho para sua descaracterização”, sintetizou o filósofo.

No dia 16 de junho foi realizada a palestra do professor Francisco de Oliveira, do Departamento de Sociologia. O sociólogo deteve-se na análise da sociedade capitalista no Brasil, retomando sua já conhecida metáfora da sociedade brasileira como “sociedade ornitorrinca”.

O ornitorrinco é um bicho que a evolução truncou, tem penas e não voa, é mamífero mas bota ovo. Esse ser quase inclassificável serve para pensar as sociedades da periferia capitalista. E contra a idéia de que o ornitorrinco é fruto da falta de crescimento, Chico de Oliveira sustenta justamente o contrário: na sociedade brasileira, ele é fruto de um intenso crescimento, aliado à péssima distribuição de renda.

Para explicar a formação do ornitorrinco, o sociólogo vai por partes. Primeiro levanta as “heranças pesadas”, como a escravidão, junto com o desenvolvimento do capitalismo tardio (a sociedade capitalista se instala no país já com a primeira revolução industrial consolidada, através da ação do estado). Atualmente, o problema remete à desconstrução do próprio estado, segundo os cânones do neoliberalismo.

“A anulação do estado, num momento de globalização, é fatal para a sociedade brasileira. Não há nenhuma grande economia no mundo onde o estado não esteja presente”, alertou Chico de Oliveira. E continua, “a atividade econômica dos Estados Unidos é fundada numa poderosa sucção de recursos do mundo através de sua moeda. E quem diz moeda, diz estado”. Nesse sentido, a autonomia do Banco Central é “o beijo da morte”.

Considerando que a moeda é a maior ferramenta do estado, a saída de seu controle das mãos estatais representa o fim do espaço da atuação política no mercado, na direção da tendência dominante na atualidade de anulação da prática política: “o ornitorrinco é essa sociedade em que você vota de vereador a presidente e não adianta nada, é rigorosamente estéril, esterilizada por esses dispositivos de controle”.

O “fracasso do estado” reconfigura sua atuação, que passa a definir-se exclusivamente em termos de “políticas de exceção”, como exemplifica a “focalização das políticas sociais”, na direção oposta à sua universalização. “O estado está condenado a tratar seus cidadãos de forma excepcional”, enfatiza o sociólogo, e o Brasil está dentro de um círculo vicioso no qual o capital estrangeiro é o pressuposto e o resultado da sua economia.





Prof. Octavio  
Ianni, Professor  
Emérito da  
FFLCH/USP

Finalizando, o professor abordou o problema da falta de teorias que dêem conta de esclarecer o momento atual. "Nossas ferramentas teóricas estão pobres para encarar e decifrar esse enigma". Solicitado a localizar a universidade na sociedade ornitorrínica, Chico de Oliveira sintetizou: "não sei que órgão do ornitorrinco ela é", afirmou, "desconfio que seja seu ovo".

Encerrando o ciclo, o Professor Emérito da FFLCH e professor da Unicamp Octavio Ianni falou da universidade dentro das novas perspectivas globais, inserida em uma sociedade que é ao mesmo tempo nacional e mundial.

O sociólogo ressaltou a importância do *ethos* humanista da Faculdade de Filosofia, contraposto ao *ethos* tecnocrático, o que não implica na superioridade de um sobre o outro: "todo o trabalho da universidade está comprometido com a sociedade, daí o compromisso técnico e o compromisso cultural, humanista", explicou, "o problema está, como hoje, no predomínio do tecnocrático dentro da universidade".

Para Ianni, a universidade pública é o lugar, por excelência, do livre exercício da reflexão. "Eu acho uma glória ser aluno, professor ou funcionário de uma universidade pública, e muitos se esquecem disso", declarou ele. Hoje, é muito comum o equívoco de dizer que a universidade pública está divorciada da sociedade, sendo justamente o contrário o que muitas vezes ocorre, quando a universidade se encontra completamente subordinada aos interesses particulares predominantes na própria sociedade. De modo diverso, à Universidade cabe abrigar variados perfis de trabalho investigativo, assegurando espaço inclusive para uma pesquisa sobre "o sexo dos anjos", provocou ele, não só mas também porque pode ser que ela revele que, afinal, os anjos têm sexo.

Em outro momento de sua análise da situação atual da instituição universitária no Brasil, o professor lembrou do acordo MEC-USAID, realizado durante a ditadura militar, que reformulou a concepção de ensino no país. Ianni tematizou a existência, hoje, de um novo acordo, o MEC-BIRD, "que nunca ninguém viu assinar e está orientando

há décadas a maneira pela qual o ensino está sendo formulado no mundo, claro que com várias gradações". Através dele, a educação é concebida pelo viés tecnicista, definindo o predomínio da pesquisa aplicada sobre a pesquisa básica, a despeito da importância essencial desta última para a produção de conhecimento. Para o sociólogo, a tecnificação está vinculada diretamente à globalização, uma vez que agora os atores mundiais não são mais os estados nacionais mas sim as grandes empresas transnacionais. O processo de transnacionalização é avassalador e irreversível, segundo ele, "não havendo nenhuma saída nacionalista nesse cenário".

O principal problema para o conhecimento diz respeito à falta de instrumental teórico para analisar e interpretar a atualidade. "Hoje é necessário pensar em sociedade mundial. Nós já fazemos parte da sociedade civil mundial, que já conta com entidades civis de poder. Cabe ao sociólogo entender isso, além de saber que é muito injusto ter o mundo dominado por corporações", esclarece. Assim, a universidade como um todo precisa assumir que houve uma ruptura histórica profunda, e "que todos nós fomos jogados em um novo ciclo de produção do capitalismo". E "não adiantam nostalgias".

Diante do impasse, gerado justamente por essa falta de conhecimento adequado, o professor foi enfático: "ou assumir a questão da globalização social ou ficar de fora". E segue na linha de seu raciocínio, "não há porque se assustar. A solução é conhecer o que realmente está acontecendo. O Brasil foi uma província do mercantilismo, e hoje é uma província do globalismo". E repete, "não é para assustar, basta assumir", acreditando que este deve ser o primeiro passo para enfrentar a situação. Concluindo, Octavio Ianni indicou os três paradigmas que, de acordo com seu entendimento, têm possibilidade de orientar um pensamento vivo acerca do presente: a teoria sistêmica, a fenomenologia e a dialética hegeliana/marxista.

Segundo o professor Ianni, o mesmo mundo que cria profundos obstáculos à emancipação humana põe simultaneamente possibilidades de "novas utopias". A globalização "de baixo para cima" tem potencialidades que apontam para um real internacionalismo. As novas utopias não estão claras, não são simples nem destituídas de problemas, mas "não há porque desesperar. A história é uma poderosa matriz de surpresas".

Encerrado o ciclo de palestras, tornaram-se mais nítidas algumas questões que situam os limites, os dilemas e os desafios com os quais se depara a universidade na época atual. Para os que o acompanharam, as exposições fo-

ram, aos poucos, delineando um quadro amplo, dialogando entre si, falando dos mesmos assuntos, revelando diversos aspectos de uma grande problemática, explorando dimensões diferentes de uma mesma temática, na busca de entender as relações contemporâneas entre ciência e sociedade e seus efeitos no campo institucional. A íntegra de todas as conferências será em breve publicada pela Faculdade, para que mais pessoas interessadas possam ter fácil acesso ao material.

O ciclo de palestras *A universidade em questão* contou com a colaboração de diversos membros da comunidade, a

começar pelo grande apoio do professor Sedi Hirano, diretor da FFLCH. Concebido por uma ampla comissão, composta de estudantes, professores e funcionários, o evento foi realizado por uma comissão executiva, que contou, entre seus membros, com a professora Zilda Yokoi, do Departamento de História, e o professor Flávio Aguiar, do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas. Brasília Sallum, professor do Departamento de Sociologia, Maria Lucinéia de Almeida, técnica acadêmica e Patrícia Tavares de Freitas, aluna do curso de Ciências Sociais, contribuíram, de formas diferentes mas todas igualmente essenciais, para sua realização.

## ENTREVISTA

### *USP ZONA LESTE*

RESPOSTAS ELABORADAS PELOS MEMBROS DA COMISSÃO CENTRAL:

PROFS. MYRIAM KRASILCHIK (FACULDADE DE EDUCAÇÃO), RENATO DA SILVA QUEIROZ (DEPTO. DE AN-TROPOLOGIA - FFLCH) E WANDERLEY MESSIAS COSTA (DEPTO. DE GEOGRAFIA - FFLCH)

POR RODOLFO VIANNA



Myriam Krasilchik  
Faculdade de Educação



Renato da Silva Queiroz  
Departamento de Antropologia - FFLCH



Wanderley Messias  
Departamento de Geografia - FFLCH

**Professores, uma questão inicial, até para se entender o processo de criação do novo campus da USP, é o porquê da escolha da Zona Leste da cidade de São Paulo.**

R – Porque essa é uma região com mais de 3 milhões de habitantes e, além das carências diversas, tem uma sociedade civil bastante organizada (especialmente o Fórum de Educação da Zona Leste) que tem se mobilizado para atrair investimentos em ensino superior público e há dois anos procurou a USP para uma proposta desse tipo. Além do mais, o governo estadual dispunha de terrenos na região, e esta conta com infra-estrutura adequada para um projeto como este.

**Os senhores vêem uma participação importante da USP no desenvolvimento social da região?**

R – Sem dúvida, já que este é um dos aspectos mais

diferenciadores e estimulantes desse projeto. Estamos orientando toda a equipe que o elabora para estar atenta a esse aspecto, de modo que a nova Unidade reflita plenamente essa concepção, fortemente orientada para a interação com o meio sócio-cultural da região. Isso implica em uma configuração arquitetônica própria, na criação de serviços de extensão diversos (culturais, educacionais, de lazer, etc.) e numa prática pedagógica e de pesquisa que incorpore as especificidades locais.

**Os professores acreditam que os cursos que estão em estudo respondem a uma demanda social da região? Por quê?**

R – As várias alternativas de cursos em estudo refletem, de um lado, as expectativas médias dos jovens da cidade nos diversos segmentos sociais e regionais, obtidas mediante

uma pesquisa que fizemos envolvendo mais de 5.000 entrevistados. Correspondem, também, ao nosso desejo de inovar quanto aos cursos oferecidos pela USP, atualmente, ao incorporarmos novas áreas do conhecimento e profissionais que têm despertado o interesse dos jovens e do mercado do trabalho. Ademais, pensamos que a formação acadêmica crítica, assentada numa orientação humanista, deva ser oferecida a todos os nossos alunos. Finalmente, reiteramos que, apesar de localizada na Zona Leste, a nova Unidade não está sendo concebida para atuar exclusivamente em função do perfil dessa região, do mesmo modo que a "USP da Zona Oeste" não o faz.

**Pela configuração do então projeto, os senhores acreditam que o novo campus possibilitará a criação de pesquisadores e professores? Em qual área?**

R – Em qualquer Unidade da USP, na qual o ensino a pesquisa e a extensão façam parte de um projeto integrado, é possível formar bons pesquisadores e professores ao mesmo tempo. Essa idéia de que um caminho excluiria o outro está ultrapassada, já que as exigências atuais de qualidade do ensino em todos os níveis impõem padrões novos para as instituições do ensino superior. Podemos, sim, implantar cursos que permitam aos estudantes seguir "trilhas" em sua formação, incluindo a opção pela educação. Isto poderá ser viável em qualquer uma das três áreas (ciências, humanidades e artes).

**Como são vistas as críticas ao projeto, principalmente as que tocam na questão do tipo de formação que poderá ser oferecida? Os senhores vêem o novo campus como uma escola de formação de "técnicos em humanidades"? Qual é o motivo da adoção do Ciclo Básico? A que isso responde?**

R – Essas críticas podem estar expressando uma idéia preconcebida do projeto, já que não temos ainda um plano didático-pedagógico elaborado para a nova Unidade, mas apenas algumas concepções gerais. Não sabemos o que significa um "técnico em humanidades" e certamente isto está fora das nossas cogitações. Quanto ao Ciclo Básico, estamos certos que a sua adoção poderá representar uma saudável inovação na forma de ensinar e pesquisar, permitindo ao aluno uma formação integrada, no seu primeiro ano. Além de aulas formais, a idéia é oferecer o máximo possível de atividades práticas de laboratórios, trabalhos de campo, oficinas, grandes conferências, etc., permitindo-lhe uma ampla visão da ciência contemporânea, das teorias sobre a sociedade e das formas de expressão artística.

Ao mesmo tempo, ele terá uma dose adequada de disciplinas e atividades específicas do seu próprio curso, desde o primeiro dia de aula.

**É intenção contratar novos professores, em regime de RDIDP (Regime de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa), que tenham projetos de extensão para a região. Além de interferir na comunidade, com os seus projetos, a USP pode passar a ser interferida por ela? Qual será a política de participação dos moradores no novo campus? Será aberto para a realização de atividades propostas pelos moradores da região?**

R – Parte dessa resposta já foi dada na questão 3. A nossa intenção é, de fato, planejar um Campus que tenha, digamos, uma grande "porosidade" nas suas relações com as comunidades do seu entorno. Isso significa estarmos abertos para o diálogo, as sugestões e as demandas dessas comunidades, sobretudo no que se refere às nossas atividades de extensão e ao uso das nossas instalações para atividades conjuntas em várias áreas: culturais, esportivas, etc. Por isso, temos mantido contato permanente com representantes dessas comunidades, desde a fase inicial do projeto.

**Na questão do ingresso dos alunos, os professores acreditam que a USP Zona Leste seja freqüentada, em sua maioria, pela mesma classe social – se é que se pode classificar assim – que freqüenta o campus Butantã? Haverá algum tipo "cota" para a população da região do campus?**

R – Essa é uma questão-chave do projeto e tem suscitado muito debate. A nossa posição é que não estamos criando uma USP da Zona Leste, mas uma USP na Zona Leste. Isto significa que não pretendemos, na nova Unidade, discriminar nenhum brasileiro, criando qualquer óbice para que alguém possa concorrer e ingressar nela, do mesmo modo como ocorre com a USP Oeste e com todas as Universidades Públicas do país.

**Como os professores tratam a possibilidade de criação de cursos que têm grandes afinidades com os já existentes no campus Butantã, como "Administração Pública" (Zona Leste) com a Faculdade de Economia e Administração (FEA); "Vestuário" e "Gestão do Lazer" com a Escola de Comunicações e Artes (que já tem um curso de Turismo), "Psicologia com ênfase em RH" com o próprio Instituto de Psicologia, "Paisagismo" com a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU) e outras relações? A expansão de vagas, que é um dos objeti-**

**vos do novo campus, não poderia se realizada na própria Cidade Universitária do Butantã?**

R – Como já foi dito, nós ainda estamos trabalhando com uma grande quantidade de alternativas de cursos e alguns serão lecionados como primeiro grupo deles para a nova Unidade (a lista de cursos em estudos e os grupos estão disponíveis na internet). Quanto à replicação, todos sabem que o Estatuto da USP a proíbe dentro de um mesmo município, o que não impede que possamos cogitar a criação de novos cursos que incorporem partes dos conteúdos curriculares de um ou outro oferecido atualmente neste Campus. Quanto a expandir as vagas dos atuais cursos, deste Campus, é uma questão tratada no âmbito das unidades. Além do mais, descentralizar a oferta de um serviço público com o reconhecido padrão de qualidade da USP é certamente uma política acertada, em especial quando isto é feito em benefício de uma região notoriamente carente da nossa cidade. A decisão de implantar um pólo de ciência, educação e cultura em um ambiente desse tipo, já constitui, em si mesma, um grande impacto e a sua repercussão, ainda na sua fase de projeto, é a demonstração disso.

**Como será tratada a questão da Assistência Estudantil? Haverá restaurantes universitários, moradia e bol-**

**sas que mantenham o estudante na Faculdade?**

R – Estamos planejando com muito cuidado esse setor, pois sabemos que é fundamental apoiar os alunos para que permaneçam na Universidade e concluam com sucesso os seus cursos. Haverá restaurante universitário e um sistema de bolsas para esses alunos, dentre outros programas, como apoio psicológico, por exemplo.

**E, para finalizar, quais as expectativas dos senhores com a implementação no novo campus USP Zona Leste? Quando os primeiros alunos frequentarão as suas salas de aula?**

R – Nossas expectativas são as melhores possíveis e estamos certos de que o projeto aliará o tradicional padrão de qualidade da USP a uma necessária dose de inovação quanto a aspectos importantes, como uma estrutura arejada e flexível, uma prática acadêmica e uma formação integradas, uma forte interação com o meio externo, dentre outros. Estou certa, também, que essas inovações, como o Ciclo Básico, se bem sucedidas, poderão estimular processos de mudanças também nos nossos antigos cursos de graduação e isto será certamente positivo para todos. Finalmente, trabalhamos com a hipótese de inaugurar o novo Campus no ano que vem e deixá-lo em condições para receber as primeiras turmas no início de 2005.

## CENTRO DE LÍNGUAS

### *A INTERNACIONALIZAÇÃO DA USP*

#### *E O ENSINO DE LÍNGUAS ESTRANGEIRAS*

PROF. DR. REGINALDO PINTO DE CARVALHO  
DIRETOR DO CENTRO DE LÍNGUAS



A CCInt, a Diretoria e o Centro de Línguas da FFLCH apresentaram, em março deste ano, uma proposta de ensino de língua estrangeira nos diversos campi da USP, que está sendo examinada pela Reitoria para uma possível implantação a partir do próximo ano.

Pretende-se oferecer cursos de língua estrangeira sob a responsabilidade do Centro de Línguas da FFLCH, a fim de complementar a formação dos alunos de graduação, para que se tornem mais habilitados para o aproveitamento dos estudos e para o exercício profissional.

O crescente processo de internacionalização da vida

econômica, social e cultural, que impõe à Universidade de São Paulo a necessidade de desenvolver estratégias para formar adequadamente seus alunos, torna imperativo o domínio de línguas estrangeiras, no mínimo em nível instrumental. Nossos alunos devem estar habilitados a participar ativamente dos crescentes intercâmbios interuniversitários, que demandam estágios em países estrangeiros, desde o nível de graduação (dupla titulação ou estágios de menor duração), usufruir a presença cada vez mais freqüente de docentes e pesquisadores estrangeiros, que participam de nossos programas e convênios, e poder ter acesso a bibliografia em língua estrangeira.



A questão do exercício profissional também deve ser levada em conta, pois que o trabalho cada vez mais se configura dentro de uma perspectiva supranacional, sendo habitual o exercício da profissão em outros países e a presença de estrangeiros no Brasil.

Na realidade, em se efetivando esta proposta, o Centro de Línguas estará apenas ampliando a oferta de seus serviços, uma vez que já vem oferecendo cursos instrumentais de línguas, com os quais atende, em cada semestre, aproximadamente 800 alunos, sendo a maioria da Comunidade USP. Além dos cursos instrumentais, voltados para a leitura de textos acadêmicos em inglês e francês, oferece cursos preparatórios para o exame TOEFL de língua inglesa, cursos de português-língua estrangeira e de redação acadêmica em português e inglês. Tendo como uma de suas primeiras e principais atividades a proficiência em língua estrangeira, elabora e aplica exames de inglês, francês, espanhol, alemão e italiano e de português-língua estrangeira para vários institutos e faculdades da USP, com a finalidade de selecionar alunos para os respectivos programas de pós-graduação.

Integra ainda o currículo do curso interunidades de Relações Internacionais, encarregando-se do ensino de inglês e espanhol, além de disponibilizar cursos de capacitação em redação profissional e em inglês dirigidos a funcionários desta Universidade.

Mas a experiência mais próxima da proposta encaminhada à Reitoria é o projeto-piloto de ensino de francês na Escola Politécnica, que está em pleno funcionamento desde o ano passado e que vem contando com o apoio do

Consulado Francês. Esse projeto objetiva fazer com que o ensino da língua francesa seja oferecido de maneira regular e sistemática ao conjunto de alunos da Poli, dentro de um quadro de progressão didática dividido em quatro semestres, durante os quais o aluno desenvolverá, ao mesmo tempo em que aprende francês, estratégias de estudo de língua estrangeira em autonomia. O projeto foi implantado no segundo semestre de 2002, atendendo inicialmente 300 alunos. Para este ano, o atendimento está alcançando o dobro de alunos.

Para a efetivação desta proposta, o Centro de Línguas conta com um quadro de educadores, que deverá ser ampliado, além de professores coordenadores e representantes indicados pelos conselhos departamentais de Letras.

Além do francês e do inglês, outras línguas, como alemão, italiano, espanhol e japonês, deverão também ser oferecidas, de acordo com as necessidades de cada unidade e com o cronograma de disponibilização de recursos. Esta proposta visa também ampliar a área de português para estrangeiros, com vistas a melhorar o atendimento aos alunos estrangeiros da USP e criar melhores condições para o credenciamento desta Universidade junto ao MEC, visando à aplicação do Celpe-bras (exame oficial de português para estrangeiros).

Acreditamos que a implantação do ensino de línguas estrangeiras nos diversos *campi* da USP, além de contribuir para a internacionalização da Universidade, terá também um caráter de inclusão, uma vez que poderá complementar a formação de alunos que não tiveram ou não têm condições de frequentar cursos de línguas fora da Universidade.

## COMISSÃO DE GRADUAÇÃO

### *O PAPEL DA COMISSÃO DE GRADUAÇÃO NO ENSINO ACADÊMICO*

PROF. DR. FRANCISCO CAPUANO SCARLATO  
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE GRADUAÇÃO



A Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas tem nas Comissões estatutárias de graduação, pós-graduação, cultura e extensão universitária e de pesquisa, a importante função de assessorar a Diretoria e a Congregação – órgão máximo da Unidade – naquilo que compete à definição das políticas acadêmicas de seus diferentes cursos.

A FFLCH conta com cerca de 10.000 alunos de gradua-

ção, distribuídos pelos cursos de Filosofia, Letras, História, Geografia e Ciências Sociais, além dos alunos de outras Unidades da USP, às quais a Faculdade oferece disciplinas – e cabe à Comissão de Graduação, respeitadas, no que couber, as competências e critérios estabelecidos pelo Conselho de Graduação, traçar diretrizes e zelar pela execução dos programas da área de ensino de graduação; analisar e aprovar as estruturas curriculares propostas pelos Departamentos e encaminhá-las ao CTA e Congrega-

ção; coordenar os trabalhos dos Departamentos no que diz respeito às disciplinas interdepartamentais e à integração dos currículos; submeter à Congregação propostas de criação, modificação ou extinção de cursos, ouvidos os Conselhos dos Departamentos; propor à Congregação os critérios para transferência; aprovar os processos de transferência que atenderem as normas estabelecidas; aprovar pedidos de reativação de matrícula, indicando, quando for o caso, as adaptações curriculares necessárias; emitir parecer circunstanciado nos pedidos de revalidação de diplomas e encaminhá-los à Congregação; coordenar o processo de avaliação dos cursos de graduação da sua Unidade, definido pela Congregação; verificar, em colaboração com os Departamentos, a adequação dos meios para a execução dos programas das disciplinas (Resolução CoG 3741/90).

Cabe, também, à Comissão de Graduação, estar em consonância com as atividades organizadas pelo corpo discente, ouvindo, tanto os representantes dos alunos na Comissão, quanto todos os demais alunos que, de forma organizada, busquem apoio para suas atividades. Entre elas, destaca-se a Semana dos Calouros, quando a Comissão de Graduação procura zelar para que ela se desenvolva dentro de um clima democrático e representativo dos interesses de todos os alunos e dos Departamentos. Tem, portanto, o compromisso de estar sempre atenta às ansiedades e preocupações da comunidade acadêmica de graduação, além das propostas e críticas que possam melhorar o funcionamento da própria Comissão.

Nem sempre o Regimento dá conta de todos os problemas que ocorrem no nível dos Departamentos mas a Comissão de Graduação deve estar sempre sensível, elaborando propostas e buscando soluções em conjunto com os mesmos.

Por importante, deve-se ressaltar que a Comissão de Graduação está profundamente envolvida com as políticas de formação de professores, criando uma interação dinâmica entre os Bacharelados e Licenciaturas, tendo em vista a responsabilidade das Universidades públicas não somente com os alunos de sua Unidade, mas com a formação e melhoria da qualidade do ensino público fundamental e médio, com os quais ela tem compromisso.

Atualmente, em função dos Programas de Valorização do ensino de Graduação - Reequipamento de Laboratórios Didáticos e Programa de Apoio à Realização e Participação em Eventos voltados à graduação, da Pró-Reitoria de Graduação, cabe à Comissão de Graduação estabelecer critérios para avaliar prioridades na distribuição dos recursos e verbas destinados aos alunos e Departamentos.

#### **Composição da Comissão de Graduação:**

##### **PRESIDENTE:**

Prof. Dr. Francisco Capuano Scarlato - Departamento de Geografia

##### **VICE-PRESIDENTE:**

Profa. Dra. Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick - Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas

##### **MEMBROS E SUPLENTES**

###### *Departamento de Antropologia*

Prof. Dr. Vagner Gonçalves da Silva

Prof. Dr. Kabengele Munanga (Suplente)

###### *Departamento de Ciência Política*

Prof. Dr. Rafael Antonio Duarte Villa

Prof. Dr. Eduardo César Marques (Suplente)

###### *Departamento de Filosofia*

Prof. Roberto Bolzani Filho

Prof. Dr. Caetano Ernesto Plastino (Suplente)

###### *Departamento de Geografia*

Prof. Dr. Francisco Capuano Scarlato

Prof. Dr. Jurandyr Luciano Sanches Ross (Suplente)

###### *Departamento de História*

Profa. Dra. Vera Lúcia do Amaral Ferlini

Prof. Dr. Norberto Luiz Guarinello (Suplente)

###### *Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas*

Profa. Dra. Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick

Prof. Dr. Waldemar Ferreira Neto

###### *Departamento de Letras Modernas*

Profa. Dra. Selma Martins Meireles

Prof. Dr. Pedro Garcez Ghirardi (Suplente)

###### *Departamento de Letras Orientais*

Profa. Dra. Safa Alferd Abou Chahla Jubran

###### *Departamento de Linguística*

Profa. Dra. Raquel Santana Santos

Profa. Dra. Ana Paula Scher (Suplente)

###### *Departamento de Sociologia*

Profa. Dra. Sylvia Gemignani Garcia

Prof. Dr. Mario Antonio Eufrazio (Suplente)

Departamento de Teoria Literária e Literatura Comparada  
Prof. Dr. Fabio de Souza Andrade  
Prof. Dr. Jorge Mattos Brito de Almeida (Suplente)

Representantes Discentes  
Mojana Vargas Correia da Silva  
Leonardo Massaro

## PROFESSOR EMÉRITO

### *OUTORGA DO TÍTULO DE PROFESSOR EMÉRITO*

#### *À PROFA. DRA. PAULA BEIGUELMAN*



#### APRESENTAÇÃO

A professora Paula Beiguelman ocupa posição especial no elenco dos formadores da área da Ciência Política na USP, que desde 1987 se organizou em Departamento próprio no interior da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. A meio caminho entre os grandes mestres do período heróico da Faculdade – nomes da estatura de Paul Arbousse-Bastide e Lourival Gomes Machado –, e o período da institucionalização da área na figura do Departamento, soube imprimir ao seu trabalho um timbre próprio, que a distingue entre todos.

Sua preocupação central sempre foi muito clara. Trata-se de estudar o Brasil, nos momentos decisivos da sua formação política; tarefa que, nela, envolve o exame das linhas mestras da formação da sociedade brasileira. O século XIX é a sua referência fundamental. Nele cruzam-se a organização política do Império e a transição republicana com a organização social baseada no trabalho escravo e a transição para o trabalho livre. É nesse complexo de problemas que se concentra a atenção de Paula Beiguelman, atenta para o problema que marcou a sua geração e se traduziu num conjunto de obras fundamentais na reflexão social brasileira em meados do século passado: o problema da *formação*.

Não será por acaso que sua obra máxima, que condensa as etapas decisivas da sua atuação acadêmica,

sempre na USP, seja *Formação Política do Brasil*. Nesse título, com ressonâncias ilustres, está tudo posto. Primeiro, a orientação fundamentalmente historiográfica do seu empreendimento, que nunca deixou de estar presente na sua obra. Depois, a ênfase nunca abandonada na dimensão política. (Verdade que aqui se impõe um reparo: será difícil incluir nessa vertente de estudos macro-históricos o seu encantador livrinho de reflexão sobre obra literária, *Viagem sentimental a dona Guidinha do Poço*. Mas, bem vistas as coisas, a capacidade de rebater os grandes temas na figura singular representativa já está presente na sua atenção a Joaquim Nabuco, que se traduziu em trabalhos de referência). Finalmente, o foco no Brasil, na sociedade brasileira, sobretudo no Brasil-nação. Esta é a dimensão do seu trabalho que mais diretamente se desdobrou em atuação extra-acadêmica, no seu persistente empenho em prol da causa nacional. Nisso, ela leva sério a posição daquele que, no fundo, sempre foi sua referência intelectual e política máxima, Joaquim Nabuco, quando este proclamava a sua lealdade suprema ao “imperativo categórico da nacionalidade”.

PROF. DR. GABRIEL CHON  
CHEFE DO DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA

DISCURSO DO PROF. DR. LUCIO KOWARICK,  
QUANDO DA OUTORGA DO TÍTULO DE PROFESSOR EMÉRITO À PROFA. DRA. PAULA BEIGUELMAN

Senhor diretor, componentes da mesa, prezados colegas, prezados alunos. Profa. Paula Beiguelman.

Eu não sou da geração Maria Antônia, pois estudei na Escola de Sociologia Política. Mas sou da geração, como tantos outros desta Faculdade, da geração dos barracões onde as Ciências Sociais foram postas depois que de lá foram expulsas pela repressão do regime militar. Os colegas mais antigos, presentes à mesa e no público, sabem o que eu estou dizendo. Solicitei ao senhor diretor para fazer uso da palavra por duas razões. Em primeiro lugar, pelo significado de sua obra e sua carreira, Profa. Paula Beiguelman, na qual não vou me deter porque o professor Oliveiros vai detalhá-la com o brilho que lhe é sempre presente. Contudo, gostaria de acentuar um fato: sua aposentadoria em 1969, pelo AI-5, que atingiu um grupo dos mais brilhantes dessa Universidade – Florestan Fernandes, Octavio Ianni, Fernando Henrique Cardoso, Mario Schenberg, Villa Nova Artigas, Emilia Viotti, Paul Singer e tantos outros que não vou aqui enumerar e que constituíam o que de melhor havia entre o corpo docente da USP.

Estou seguro que, ao conceder este título, a Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP procura se redimir de uma mancha negra da sua história. A concessão do Professor Emérito é, pois, uma conquista, não só da liberdade de expressão acadêmica da Universidade, é também uma reconquista dos direitos básicos de cidadania necessários ao funcionamento da democracia moderna. Isso tem especial importância para nós, que fazemos a teoria e a pesquisa no Departamento de Ciência Política,

pois todos os nossos esforços, creio, estão dirigidos para aprimorar nosso sistema político.

O segundo ponto que gostaria de destacar refere-se à sua obra e sua carreira, não entrando em detalhe, mas tão somente para assinalar a influência de seus escritos na minha carreira, fundamentalmente “Os companheiros de São Paulo” e “A Formação do Povo no Complexo Cafeeiro” foram para mim de importância fundamental para desenvolver minhas pesquisas que geraram a livre-docência defendida em 1981. Nestes dois trabalhos, fundamentalmente, muito aprendi a respeito de nossa formação (formação no sentido que E.P. Thompson empresta ao termo) do nosso povo, que vem da escravidão que perdura até épocas tardias do XIX. Bem, como a questão dos livres e libertos, tidos e havidos como “vadios”; acessórios, supletivos, marginais ao trabalho disciplinado e regular, primeiro feito pelos cativos e depois pelos imigrantes: os chamados elementos ou mão-de-obra nacional, a sua não-passageira pela escola do trabalho, reproduzindo, assim, um secular processo de marginalização e vulnerabilidade social e econômico. Também aprendi muito com seus textos sobre “os companheiros”, a questão da etnia ou da classe, das condições da nascente classe trabalhadora em São Paulo e como isso representou um *handicap* para a luta social face aos potentados industriais da época.

Minha presença nesta mesa é uma honra, Profa. Paula Beiguelman, e um prazer por dizer em público a importância de sua obra na minha carreira.

DISCURSO DO PROF. DR. OLIVEIROS DA SILVA FERREIRA,  
QUANDO DA OUTORGA DO TÍTULO DE PROFESSOR EMÉRITO À PROFA. DRA. PAULA BEIGUELMAN

Professora Doutora Paula Beiguelman,

Não é porque a ocasião é protocolar, para não dizer solene, que esqueço os anos de nossa convivência na rua Maria Antônia e a curta freqüentação nos barracos da Cidade Universitária para os quais fomos jogados como naufragos da falência da capacidade do Estado de impedir que milícias privadas estabelecessem sua lei na Cidade. É em nome desses anos de convívio acadêmico e, de minha parte, do grande respeito por uma carreira intelectual que o barão do arbítrio tentou cercear, que me permito abandonar o pro-

toloco e chamá-la, simplesmente, como durante aqueles anos todos, Paula.

Não sei ao certo porque Gabriel Cohn me convidou para saudá-la. Companheiros a que estariam mais capacitados a transmitir a esta audiência as razões que levaram o Departamento de Política, primeiro, a propor que a Faculdade de Filosofia conferisse a Vossemeccê o título de Professor Emérito, e a Congregação da Faculdade a aceitar, depois, estou certo que com generalizado aplauso, a proposta, proporcionando a velhos companheiros a oportunidade de voltarem a se ver. Que existem esses companheiros,

qualificados, a prova está nas palavras cheias de carinho que acompanham o convite que a todos nós foi dirigido para que dividíssemos a alegria deste dia. Que é todo seu, como se dizia na Idade Média ao vencedor após o combate justo: *Le jour est à vous, Sire*.

Se Cohn me alcançou, seguramente foi porque o Departamento julgou que a homenagem que hoje lhe é devida seria mais completa se quem a saudasse fosse um companheiro dos velhos tempos, tão justamente lembrados no convite a que me referi. É por isso que aqui me encontro, hoje, tentando desincumbir-me da agradável, mas nem por isso menos responsável tarefa. Aprendi, porém, com Sarmiento, que *las cosas hay que hacerlas; hacerlas mal, pero hacerlas*. Façamo-las, pois.

Minha tarefa seria fácil se matreiramente me assenhoreasse de tudo aquilo que os colegas do Departamento tão bem disseram de Vossemecê. Seria falso, no entanto, e seria pouco. Falso porque não seria a minha homenagem. E pouco, porque embora ali se reconheça a importância que sua obra teve para o entendimento dos problemas sociais, econômicos e políticos que agitaram o Império, especialmente o Segundo Reinado, e o debate sobre a questão nacional, falta o reconhecimento daquilo que seu trabalho representou para a formação dos que continuaram na Faculdade depois da aposentadoria que lhe impuseram e também daqueles – ou seria o caso de não me render ao protocolo do gênero e dizer *daquelas?* – que, em meio à tormenta e nas crises que a ela se sucederam, preferiram recolher-se a suas atividades anteriores, das quais a clarividência de mestre Lourival as arrancou para trazê-las para nosso convívio.

Ainda que minhas palavras lhe tragam lembranças tristes, é mister que se volte ao passado, minha cara Paula, para que, fixando o passado, se possa compreender como o passar dos anos trouxe mudanças na maneira de pensar e sentir a Faculdade e, sobretudo, a Cadeira de Política que um dia Lourival Gomes Machado, vindo do pioneirismo do “Clima”, quis fazer independente, afastada da feira de vaidades que começava a ser construída entre as paredes da Maria Antônia. Para nós, recém-chegados, aquelas paredes pareciam, parafraseando sir Walter Scott, aquele “pleasant district of merry England” que, embora geograficamente limitado a dois prédios, se estendia por “beautiful hills and valleys” da criadora convivência cimentada por disputas intelectuais, cavalheirescas, mas às vezes dignas do embate final entre Ivanhoe e sir Brian de Bois Gilbert. Como aquela, Vossemecê se recordará, que pelas páginas da revista “Sociologia”, opôs Florestan Fernandes, dupla-

mente vítima do arbítrio, a Emílio Willems, a Sociologia de inspiração marxista contrapondo-se à Antropologia Cultural na apreciação das classes sociais, enquanto Lourival analisava o conceito de classe social que se podia encontrar em algumas obras de Marx.

A lembrança talvez lhe seja penosa, Paula, mas a historiadora que sempre conviveu em Vossemecê com a fina pesquisadora da política saberá perdoar esse incursão pelo passado. Ela é necessária para que se possa compreender, hoje, o que foi aquela faculdade e o que ela significou no mundo intelectual, social e político de São Paulo. Significado enorme, mesmo que depois tenhamos sido obrigados a reconhecer que muitas vezes nos deixávamos levar por um certo orgulho intelectual que vinha associado a algum preconceito contra a Sociologia que se fazia fora dos muros que para nós limitavam o saber de ciência sabido. A Política engatinhava, então – e Vossemecê se recordará de que ainda não tinha nascido, na Maria Antônia, a Ciência Política. Havia apenas a Política – que Lourival queria consolidar, buscando na Sociologia os fundamentos do método e do objeto, mas se recusando a render-se ao chamamento dos que pretendiam fundar o Departamento de Ciências Sociais. A vida impediu-o de realizar seu sonho, levando-o à Unesco, para na Europa encontrar, solitário, a morte numa de suas missões de salvação da cultura mundial, a Cidade de Veneza. A Vossemecê coube continuar a caminhada – e não fosse a batalha campal que nos trouxe para a desagregação da Cidade Universitária, onde perdemos nossa identidade e deixamos de ser a *Gemeinschaft* que havíamos começado a construir na Praça da República e continuamos na Maria Antônia – não fossem esses “funestos acasos” (para repetir Rousseau, tão caro a Lourival e a muitos de nós), e teríamos erguido sob a direção intelectual de Vossemecê uma Política (ainda que cedendo ao modismo e que nos chamassem de cientistas políticos) em que a Teoria Política faria parêntese com a História das Idéias e as duas iluminariam, como se viu em todo o trabalho que Vossemecê realizou, a História do Brasil, a história das instituições políticas brasileiras. Teríamos construído uma Política em que essas três áreas do saber se dariam as mãos, sem reclamar direitos reservados de caça para elas – e não foi Vossemecê, Paula, quem de certo modo foi responsável – por haver dito, “por que não?” – por eu haver abandonado a preocupação com as Minas Gerais do século XVIII para lançar-me à aventura de “Nossa América, Indoamérica”, contrariando a lição de mestre Lourival, que sempre aconselhou que não se fizessem testes sobre a existência de Deus?



A outorga do título de Professor Emérito a Paula Beiguelman tem um sentido todo especial, que não se resume a que a Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (a antiga e combativa e sempre combatida Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras) a tem, agora, entre seus nomes tutelares, a quem a Faculdade poderá, sempre, nos momentos de dificuldade, solicitar o conselho a que a experiência dá peso. Ao atribuir a quem conquistou, de pleno direito, os títulos de Doutor e depois de Livre Docente, a condição de Professor Emérito, a Congregação da Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo repara uma injustiça e ao mesmo tempo assinala, aos que não tiveram o privilégio de conviver com Paula, um caminho intelectual a seguir: pensar a questão nacional e buscar para ela as soluções que a razão e o sentimento de ser parte desta grande comunidade que somos todos nós, brasileiros, apontam como razoáveis, quando não as ótimas. Mas, sobretudo, a decisão da Faculdade premia o caminho

da pesquisa documental, da seriedade na análise, do amor pela causa do povo.

Paula. Seus velhos companheiros sentem-se orgulhosos de poder cumprimentar, hoje, quem abriu caminho, sabendo vencer incompreensões, e soube firmar um nome na historiografia brasileira e na compreensão política do Brasil. As sucessivas crises de gabinete, escreveu Antonio Gramsci, repõem a História no seu rumo. Foi necessário que sucessivas crises de gabinete, lá fora e aqui dentro, se sucedessem para que a História pudesse voltar a ser feita – reconhecendo aqueles que ajudaram a construir esta Casa, embora para tanto fosse necessário passar pelo menos os anos que, diria Ortega y Gasset, marcam a existência de uma geração.

Paula, Vossemecê abriu caminhos intelectuais e morais e soube vencer a batalha contra a ignorância, a intransigência e, já naquele então, o que depois seria o pensamento único. O dia de hoje é seu, todo seu. Deus assim o quis.

#### DISCURSO DA PROFA. DRA. PAULA BEIGUELMAN



Excelentíssimas autoridades representantes da Reitoria e do Conselho Universitário. Excelentíssimos membros da Congregação. Muito prezado Prof. Dr. Sedi Hirano, digníssimo Diretor da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, onde estudei e lecionei. Muito prezada Vice-Diretora da Faculdade, Profa. Dra. Eni de Mesquita Samara. Sr. José Clóvis de Medeiros, Assistente Acadêmico da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Muito prezado Prof. Dr. Gabriel Cohn, digníssimo Chefe do Departamento de Ciência Política, do qual partiu a proposta,

aprovada pela Egrégia Congregação, para que fosse conferido o tão honroso título de Professora Emérita. Caros colegas e amigos presentes. Aos Professores doutores José de Souza Martins e Lúcio Kowarick agradeço, entre muitas outras provas de amizade, a confortadora companhia que me fizeram até este recinto. E aos Profs. Drs. Oliveiros da Silva Ferreira e Lúcio Kowarick obrigada pelas palavras tão lisonjeiras que me dirigiram. Agora, como manda o ritual, passo a apresentar o texto que preparei para ler durante esta sessão solene da Congregação, da qual estamos participando. Nele faço algumas considerações acerca do Consenso de Washington.

#### ALGUMAS CONSEQÜÊNCIAS DO CONSENSO DE WASHINGTON

Em fins de 1989 realizava-se, como é sabido, uma reunião de tecnocratas, inclusive latino-americanos, cujas conclusões receberam a denominação de Consenso de Washington, a capital que sediava o evento.

Em síntese, recomendava-se, em nome da “modernização”: a abertura comercial, o arrocho fiscal e dos gastos públicos, a privatização das estatais, a desregulamentação em geral, uma lei de patentes rigorosa. O Estado do Bem-Estar Social era substituído pelo “mercado” e o monetarismo, e as teses de Keynes pelas de Hayek.

Na verdade, esse ideário já havia sido apresentado anteriormente pela entidade patrocinadora do encontro, o Instituto Internacional de Economia, IIE na sigla em inglês. A reunião se destinava a avaliar a implementação e aconselhar o seu prosseguimento.

Com o bloco soviético recém-levado à derrocada, promovia-se uma espécie de celebração da unipolaridade.

Assim, em 1990, o presidente George Bush, pai, anunciava o projeto denominado Iniciativa para as Américas, ou seja, a intenção de remover quaisquer barreiras econômi-

cas defensivas entre os países de todo o hemisfério, do Alaska à Terra do Fogo, estabelecendo um mercado único. Era o germe da idéia de promover a criação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca), a ser implantada em 2005. Felizmente, essa pretensão inaceitável vem encontrando a resistência nacional e popular de países-alvo, como é o caso do Brasil.

É nesse contexto de ascensão das teses do chamado Consenso que, em dezembro de 1993, era proposto no Brasil o Programa de Estabilização Monetária, elaborado com base em cortes brutais no Orçamento, e a partir do falso pressuposto de considerar o déficit do setor público como a fonte primária da inflação. Ignorava-se, por exemplo, o papel dos espúrios encargos financeiros.

Os ataques neoliberais tomavam como alvo os direitos dos funcionários, a previdência pública, as estatais e assim por diante. Na mesma linha, era defendida a eliminação das restrições ao capital estrangeiro em setores como a exploração do subsolo e a energia elétrica. A prescrição anti-nacional era completa e para atendê-la era preciso mutilar (como foi sendo feito) a essência da Carta de 1988.

Quando, no início de julho de 1994, a nova moeda foi implantada, veio à tona a dura realidade de um salário mínimo cotado em 64 reais.

A essa altura, o Real já passava a ser erigido em panacéia e fetichizado; nada podia ser feito para prejudicá-lo — ou seja, havia que manter a retração do meio circulante.

Papel essencial na assessoria para a reforma monetária coube a Mario Henrique Simonsen, que havia sido ministro da área econômica entre 1974 e 1979. Ele tinha sem dúvida os melhores títulos para essa tarefa pois, ao deixar o ministério, passara a integrar o conselho do Citicorp, nosso credor.

Também a missão econômica do FMI e até o próprio William Rhodes, do Citibank e então chefe do comitê de bancos credores, acompanhavam com atenção, vivamente interessados e de corpo presente, as manobras através das quais se impunha ao Brasil o garrote da estabilização.

Já tinha havido historicamente outras tentativas nesse sentido.

Assim, em meados de 1956, quando uma missão econômica brasileira negociava um empréstimo junto ao Eximbank, o País foi pressionado ao compromisso de promover um urgente combate à inflação e aceitar uma série de condicionamentos envolvendo assuntos de nossa estrita competência como nação soberana. Segundo registra Aristóteles Moura no clássico Capitais Estrangeiros no Brasil, o programa antiinflacionário proposto incluía a redução das despesas governamentais em todos os níveis e a limitação do crédito pelo Banco do Brasil apenas às necessidades mais essenciais.

Por essa mesma época, as divisas iam se esvaindo, enquanto correlatamente a inflação se aprofundava. Mas em vez de se sustar a sangria decorrente das remessas feitas pelos cartéis para o exterior, o País era aconselhado pelo Fundo Monetário Internacional a



praticar a estabilização, adotando a camisa-de-força da restrição ao meio circulante “inflado”, com o corte de despesas a qualquer custo.

Pressionada pelo FMI que apresentava a reforma como requisito para a concessão de empréstimos, a administração chegou a pôr um plano de estabilização monetária em prática, promovendo a redução de gastos e crédito. Contudo, ante a resistência generalizada daqueles que sabiam que a causa da inflação era bem diversa da diagnosticada, o Presidente Juscelino preferiu abandonar essa posição, desligando-se do FMI em junho de 1959, sob o aplauso popular e das Forças Armadas.

No artigo O Fundo Monetário Internacional e os interesses do Brasil, publicado no mesmo ano, o eminente jurista Osny Duarte Pereira ironizava o plano de estabilização.

“Cortem-se até mesmo hospitais e escolas, como aconselhou o chefe da delegação dos EUA na reunião da Operação Pan Americana, em Buenos Aires. Mas conserve-se a estabilidade em face do dólar, para manter iguais os lucros em moeda nacional e em dólares, quaisquer que sejam as tragédias que afligirem o Brasil”.

Acrescentemos ainda ser evidente que a preocupação antiinflacionária a partir da ótica imperialista nada tem a ver com a condenação do fato de que a inflação opera como elemento apropriador suplementar da mais-valia. Ao contrário, trata-se primordialmente de “enxugar” na medida do possível o meio circulante, de cujo circuito vão sendo apartadas as grandes massas e, progressivamente, outras camadas.

Duas décadas depois do rompimento de 1959, o Brasil, levado à insolvência em meados de 1982, acabaria por fim indo ao FMI, durante a presidência João Figueiredo.

Esse passo era considerado vergonhoso, ao contrário do que ocorre na atualidade, quando as relações tão assimétricas com esse organismo internacional são tratadas como naturais — e até positivas!

Diversamente, em 1982, os entendimentos em curso eram negados porque estavam próximas as eleições, e o vazamento deles para a opinião pública prejudicaria o governo.

Em discurso pronunciado no Senado em 1º de dezembro de 1982 e publicado com o título de A rendição ao Fundo Monetário, Roberto Saturnino, membro da casa, denunciava que, passada a eleição de novembro, se ficara sabendo que ainda em setembro de 1982 a finança internacional havia informado às autoridades de nosso país que o Brasil não receberia mais créditos se não recorresse, na expressão do senador Saturnino, ao “avalista da comunidade dos banqueiros, que é o Fundo Monetário Internacional”, como de fato ocorreu.

Assinado o acordo em janeiro de 1983, Celso Furtado publicava o famoso libelo intitulado Não à recessão e ao desemprego. Era uma alusão à habitual consequência do receituário do FMI, com seus ajustes e cortes. O livro também denunciava a humilhante aceitação da tutela e monitoramento periódico, bem como as condicionalidades e compromissos de toda a ordem, sendo os mais graves mantidos em sigilo ou apresentados como deliberações espontâneas; e, pior que tudo, a perda da autonomia decisória.

Infelizmente, o que chocava no início dos anos 80 do século findo, tornou-se prática rotineira no curso dos anos 90, no quadro do neoliberalismo do Consenso de Washington.

Como citei Celso Furtado, peço licença para um parêntese, a fim de mencionar uma recordação que me é cara e diz respeito à banca examinadora do meu doutoramento.

Criador da Sudene e formulador da Operação Nordeste, esse ilustre economista contudo não havia ainda participado, na condição de examinador, desse tipo de ato acadêmico. Convidado pelo meu saudoso mestre e orientador Prof. Lourival Gomes Machado, não apenas aceitou, integrando uma banca pela primeira vez, o que muito nos honrou a todos, como me conferiu a nota máxima, para meu extremo desvanecimento.

Mas voltemos ao Plano Real, depois dessa digressão.

O que aconteceu logo nos primeiros anos de estabilização através da fórmula adotada, todos conhecem: dependência do capital especulativo e juros altíssimos, retração econômica e desnacionalização de empresas, alienação do valioso patrimônio público, desemprego e supressão de direitos sociais, salários achatados, investidas contra a previdência pública. Os estados ficavam impossibilitados de administrar, pois passou a lhe ser exigida uma contenção impraticável dentro de um mínimo de governabilidade. Para esse fim, promulgou-se a chamada Lei de Responsabilidade Fiscal. Tudo isso para executar um “ajuste” que tem como objetivo contrair nosso meio circulante, mantendo-o no volume determinado pelas conveniências do capital externo.

Ademais, ocorria que o Real estava sobrevalorizado, situação essa que durou até janeiro de 1999, inundando o País de importações, inclusive supérfluas, o que representou uma grande distorção e prejudicou a produção local.

Em vista disso, uma vez operada a desvalorização cambial, produziu-se em vários setores empresariais um alvoroço otimista. Com efeito, como o preço do produto em reais passou a corresponder a um montante menor de dólares, suas exportações se tornavam mais baratas e competitivas.

O caso é que esses grupos contavam, para que nada perturbasse seus cálculos de custos, com a preservação de um contexto geral de arrocho e uma mão-de-obra salarialmente deprimida.

Em outras palavras, nessa ótica, a economia é projetada como plataforma de exportações nacionais e transnacionais (em última análise destinada à obtenção de divisas para o pagamento do serviço da dívida) com os empresários indiferentes ao quadro em que se insere o esmagamento do mercado interno.

No momento, a preocupação desses setores do empresariado diz respeito ao barateamento do dólar, em decorrência da entrada de maior volume de capital especulativo, atraído pelos altos juros; nessas condições, o dólar das exportações se traduz em menos reais. E há também, sem dúvida, o risco das importações supérfluas que prejudicam a produção local, além dos perigos decorrentes da volatilidade do tipo do capital que ingressa. A insegurança é tal que os próprios mentores do Consenso passaram a recomendar, para esses casos, a intervenção no mercado; aliás, já estão propondo também cortes nos altíssimos juros.

Tudo isso configura uma discussão evidentemente legítima, mas insuficiente, pois as vulnerabilidades essenciais do modelo em vigência não são questionadas.

Basta observar que os empresários auto-denominados “desenvolvimentistas”, além de se haverem juntado ao coro dos que bradavam contra o “custo Brasil”, sempre deram e continuam dando apoio à privatização e às chamadas “reformas”, como a previdenciária e a trabalhista.

Já o modelo novo que a opinião crítica mais consequente vem preconizando e cuja proposta está na ordem do dia, é completamente diverso do atual.

Sua referência é um projeto nacional que substitui os investimentos privados do centro hegemônico pela acumulação de capital lastreada num mercado interno em crescimento, com elevação dos salários reais e políticas de máximo emprego. Ao capital internacional se reservaria apenas papel complementar, numa economia direcionada pelo Estado.

Há também, é claro, que atentar à questão fundiária, dados os absurdos e perigos da manutenção de uma estrutura anacrônica de posse e uso da terra, a qual, além do mais, permite a entrega de áreas inteiras por cessão ou venda e a preços aviltados, retirando-as assim do controle soberano da Nação.

E principalmente não podemos esquecer que só os sistemas decisórios nacionais são capazes de promover a ativação do potencial produtivo interno e de realizar a incorporação econômica da imensa população ainda marginalizada.

O modelo liberal-monetarista já é considerado falido, particularmente na América Latina. É suficiente mencionar o dramático exemplo dos países que aderiram ao Consenso de Washington que agora se apresenta como Pós-Consenso, apesar de conservar o mesmo esquema básico e cobrar o seu cumprimento pleno.

Apenas foram acrescentados alguns conselhos piedosos sobre a maneira de redistribuir os recursos destinados aos mais necessitados, recursos esses tornados escassos justamente pela política econômica adotada. Só para exemplificar essas sugestões, mencionemos uma que volta e meia vem à baila: a complementação do orçamento por meio de cobrança a ser feita aos estudantes da Universidade Pública!

Para finalizar, citarei um pequeno trecho do texto do cientista político Prof. Luiz Toledo Machado, intitulado No fio da navalha. Ali se lê:

“Continuar na rota liberal-monetarista será suicídio anunciado a curto prazo. O Brasil ostenta condições de superar a crise com recursos próprios, a começar pela reformulação do Estado privatizado, pelo saneamento do mercado e pela instituição da necessária centralização cambial. O problema está na formulação de uma estratégia para sair da armadilha da dependência externa”.

E essa estratégia, acrescentemos, compreende a aglutinação das forças nacionais e populares para resistir à chantagem do “mercado”, que vem sendo praticada sobre o nosso novo governo. Mesmo porque, da intolerável submissão em nome da conquista da confiança, decorre um conseqüente desgaste, tanto econômico como político.



Paula Beiguelman  
Professora Emérita da USP

## NOTÍCIAS

### COMISSÃO DE CULTURA E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

O Conselho Departamental de Teoria Literária e Literatura Comparada, indicou os Profs. Drs. Roberto Zular e Regina Pontieri, respectivamente, titular e suplente, como representantes do Departamento junto à Comissão de Cultura e Extensão Universitária, a partir de 01.08.2003.

### COMISSÃO DE PROMOÇÃO DE AÇÕES AFIRMATIVAS

O Professor Emérito da FFLCH, João Baptista Borges Pereira foi indicado para participar dessa Comissão destinada à população afro-descendente, por meio de uma indicação do M. Reitor ao Excelentíssimo Secretário de Estado da Justiça e da Defesa da Cidadania, Dr. Alexandre de Moraes.

### COMISSÃO DOS TÍTULOS FRANCESES

A Pró-Reitoria de Pós-Graduação designou os Profs. Drs. Clarice Garcia Borges Demétrio (Coordenadora), Zélia Maria Mendes Biazoli Alves, Ana Maria Grammatico Carmagnani, Francisco Carlos Nart, Veronique Dahlete e um representante discente para compor essa Comissão.

### COMISSÃO ESPECIAL

Foram designados pelo M. Reitor os membros para comporem a Comissão Especial com a incumbência de elaborar o Anteprojeto de Regimento Disciplinar para a USP: Prof. Dr. Ruy Laurenti Ferreira (Presidente); Prof. Dr. Carlos Alberto Barbosa Dantas; Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Ivette Senise Ferreira; Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Livia Maria Armentano Koenigstein Zago; Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Magda Maria Sales Carneiro Sampaio; 01 aluno de graduação e 01 aluno de pós-graduação, escolhidos entre os representantes discentes do Conselho Universitário.

### CONSELHO DA BIBLIOTECA FFLCH-USP

O Conselho Departamental de Linguística, em reunião, indicou para representar o Departamento o Prof. Dr. Paulo Chagas de Souza (titular) e a Profa. Dra. Beatriz Raposo de Medeiros (suplente).

### CONSELHO ESTADUAL DO BEM-ESTAR DO MENOR

O M. Reitor indicou ao Excelentíssimo Presidente da Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor – FEBEM-SP, Dr. Paulo Sérgio de Oliveira e Costa, os nomes das Prof<sup>as</sup>. Dr<sup>as</sup>. Sylvia Leser de Mello (Instituto de Psicologia da USP), para participar na qualidade de representante titular, e, da Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Heloisa Helena Teixeira de Souza Martins (FFLCH-DS-USP), na condição de suplente, da Universidade de São Paulo, junto ao Conselho Estadual do Bem-Estar do Menor.

## CONGREGAÇÃO

Of. GD

São Paulo, 30 de junho de 2003.

Prezada Professora:

A Congregação da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, em reunião ordinária de 26 de junho de 2003; e, o Conselho Técnico-Administrativo em reunião extraordinária, na mesma data, aprovaram por unanimidade moção de júbilo e louvor pela sua dedicação à frente da chefia do Departamento de Teoria Literária e Literatura Comparada e pela efetiva participação nos órgãos colegiados e comissões das quais fez parte.

Esta Congregação entende que o trabalho e a dedicação às causas da Faculdade foram e são as características mais marcantes no convívio acadêmico com Vossa Senhoria.

Atenciosamente,

**Sedi Hirano**  
**Presidente da Congregação da FFLCH-USP**

À Ilma. Sra.

Professora Doutora **Iná Camargo Costa**

Departamento de Teoria Literária e Literatura Comparada

Of. GD

São Paulo, 30 de junho de 2003.

Prezada Professora:

A Congregação da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, em reunião ordinária de 26 de junho de 2003, aprovou por unanimidade moção de júbilo e louvor por Vossa Senhoria ter recebido o título de *Doctor Honoris Causa* outorgado pela Universidade de Paris VIII, em 20.06.2003.

Esta Congregação entende que este merecido título é motivo de orgulho para toda a Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas.

Atenciosamente,

**Sedi Hirano**  
**Presidente da Congregação da FFLCH-USP**

À Ilma. Sra.

Professora Doutora **Marilena de Souza Chaui**

Docente Titular do Departamento de Filosofia

## PORTARIA INTERNA N° 014/2003

O Diretor da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, Prof. Dr. Sedi Hirano, no uso de suas atribuições legais e, de acordo com o deliberado pela Congregação, em sessão de 26.06.2003, resolve:

1. Nomear o Grupo de Trabalho encarregado de estudar a instalação da creche da FFLCH, que fica integrado pela Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. *Eni de Mesquita Samara*, Vice-Diretora e Presidente da Comissão de Qualidade de Vida e Segurança do prédio da Administração, na qualidade de Coordenadora; pelo Prof. Dr. Leland Emerson McCleary (Presidente da Comissão de Qualidade de Vida e Segurança do prédio de Letras); pelo Prof. Dr. Pablo Rubén Mariconda (Presi-

dente da Comissão de Qualidade de Vida e Segurança do prédio de Filosofia e Ciências Sociais); pela Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Zilda Márcia Gricoli Iokoi (Presidente da Comissão de Qualidade de Vida e Segurança do prédio de Geografia e História) e por todos os integrantes das respectivas Comissões de Qualidade de Vida e Segurança.

2. Fixar o prazo de sessenta dias para a conclusão dos trabalhos do Grupo de Trabalho, tendo em vista que o relatório deverá ser apreciado pela Congregação da Faculdade.

São Paulo, 30 de junho de 2003.

**SEDI HIRANO**  
**Diretor**



## PORTARIA INTERNA Nº 015/2003

O Diretor da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, Prof. Dr. Sedi Hirano, no uso de suas atribuições legais e, de acordo com o deliberado pela Congregação em sessão de 26.06.2003, resolve:

1. Nomear Comissão encarregada de estudar a mudança do Estatuto da Faculdade, notadamente, no que se refere à proposta apresentada na Congregação quanto às transferências docentes entre departamentos da Faculdade.

2. A Comissão será constituída pelos seguintes membros: Prof. Dr. Renato da Silva Queiroz (*Presidente*); Prof. Dr. Gabriel Cohn (Departamento de Ciência Política); Profª. Drª. Esmeralda Vailati Negrão (Departamento de Linguística); Profª. Drª. Zilda Márcia Gricoli Iokoi (Departamento de História); Prof. Dr. Pablo Rubén Mariconda (Departamento de Filosofia); e, (01) um representante do Departamento de Geografia a ser designado.

3. Fixar o prazo de sessenta dias para a conclusão dos trabalhos da Comissão, tendo em vista que a minuta sobre a alteração do Regimento da Faculdade deverá ser apreciada pela Congregação da Faculdade e encaminhada aos órgãos competentes da Universidade.

São Paulo, 30 de junho de 2003.

**SEDI HIRANO**  
Diretor

## PORTARIA INTERNA Nº 016/2003

O Diretor da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, Prof. Dr. Sedi Hirano, no uso de suas atribuições legais e, de acordo com o deliberado pela Congregação em sessão de 26.06.2003, resolve:

1. Nomear Comissão encarregada de estudar o documento intitulado "Previdência do Serviço Público: Diagnóstico e Propostas de Alterações Constitucionais", elaborado pelo Ministério da Previdência Social, com vistas a realizar um estudo sobre a temática a ser encaminhado aos membros do Conselho Universitário e às Congregações das Unidades.

### **DOCENTE PREMIADO NA BIENAL INTERNACIONAL DO LIVRO**

O Prof. Dr. José Reginaldo Prandi foi agraciado na Bienal Internacional do Livro, ocorrida no dia 23.05.2003, no Rio de Janeiro, com o Prêmio Figueiredo Pimentel de Melhor Livro de Reconto de 2002, da Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil, por "Infá, o Advinho", livro de divulgação da mitologia afro-brasileira para jovens e crianças, editado pela Companhia das Letrinhas e ilustrado por Pedro Rafael, que foi premiado também pelo mesmo livro, na categoria Ilustrador Revelação.

### **ELEIÇÕES PARA CHEFIA**

Foram eleitos pelos respectivos Conselhos Departamentais para os cargos de Chefia:

**DLO** - Profa. Dra. Berta Waldman como titular e a Profa. Dra. Safa Alferd Abou Chahla Jubran como suplente.

**DLM** - Prof. Dr. Francis Henrik Aubert, titular e a Profª. Drª. Valéria De Marco, como suplente.

**DF** - Prof. Dr. Pablo Rubén Mariconda, titular e o Prof. Dr. Márcio Suzuki, para a condição de suplente de chefe.

**DS** - Prof. Dr. Lísias Nogueira Negrão, titular e o Professor Doutor Brasília João Sallum Júnior como suplente.

**DTLLC** - Profª. Drª. Maria Augusta Bernardes Fonseca Weber Abramo, titular.

### **INSCRIÇÕES PARA PÓS-GRADUAÇÃO DO PROLAM/USP**

O Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo (PROLAM) estará com as inscrições abertas para o processo de seleção da pós-graduação em nível de mestrado e doutorado no período de 11 a 15 de agosto de 2003. Maiores informações podem ser obtidas pelo *site* [www.usp.br/prolam](http://www.usp.br/prolam) ou pelos telefones (0XX11) 3815-0167, 3091-3589, 3091-3587.

### **LIVRE-DOCÊNCIA**

Estarão abertas de 4 a 18 de agosto de 2003, das 10 às 12 horas e das 14 às 17 horas, as inscrições ao concurso público de Título de Livre-Docente nos diversos Departamentos da FFLCH.

**Departamento de Antropologia:** ÁREAS: Antropologia da Imagem,

2. A Comissão será constituída pelos seguintes membros: Prof. Dr. Brasília João Sallum Júnior (*Presidente*); Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Valéria de Marco (Departamento de Letras Modernas); Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Zilda Márcia Gricoli Iokói (Departamento de História); Prof. Dr. Sérgio França Adorno de Abreu (Departamento de Sociologia); Prof. Dr. Flávio Wolf Aguiar (Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas); e, Prof. Dr. Francis Henrik Aubert (Departamento de Letras Modernas).

3. Fixar o prazo de trinta dias para a conclusão dos

trabalhos da Comissão, tendo em vista que o texto a ser elaborado já é um documento previamente aprovado pela Congregação e deverá ser encaminhado para primeira reunião do segundo semestre do Conselho Universitário.

São Paulo, 30 de junho de 2003.

**SEDI HIRANO**  
Diretor

## A UNIVERSIDADE PÚBLICA E A REFORMA DA PREVIDÊNCIA

No Brasil a universidade é um fenômeno novo. Seus primórdios datam da década de 30 do século XX. Ainda assim, passados cerca de 70 anos do seu início, o Estado brasileiro — sob os mais variados regimes políticos — conseguiu construir, com muito esforço, um sistema nacional de universidades públicas do qual fazem parte tanto as mantidas pela União quanto as sustentadas pelos estados da Federação. Embora este sistema abranja hoje cerca de 30% do total da educação superior no país, largamente dominado por estabelecimentos privados, dele depende a maior parte do ensino superior de qualidade e a quase totalidade da pesquisa científica que se faz no Brasil. Os signatários deste documento têm orgulho de participar deste sistema, mas isso não os impede de reconhecer que as universidades públicas têm imperfeições: umas decorrentes das políticas dos governos que as mantêm, outras originadas da própria ação e/ou inação dos seus quadros acadêmicos. Assim, o espírito que nos move não é o de defender a qualquer custo o *status quo*, mas reformá-lo, de modo a tornar o sistema de universidades públicas sustentável do ponto de vista econômico e justo do ponto de vista social, sem destruir as condições que vêm permitindo que ele desenvolva em todo o país — embora de forma desigual — um vasto número de áreas de excelência no âmbito do ensino, da pesquisa científica, das artes e da extensão de serviços à comunidade.

É dentro dessa perspectiva que deve ser discutida a atual tentativa do governo Luiz Inácio Lula da Silva de reformar o sistema público de previdência social: não se trata

apenas de fazer economia de gastos, mas também de saber qual é o tipo e a qualidade do Estado que se deseja para a sociedade brasileira.

Consideramos que o projeto de reforma da previdência, *na forma em que foi apresentado*, tende a destruir as condições materiais e morais que permitiriam a construção no Brasil de uma universidade de alto padrão de qualidade e, também, de um Estado verdadeiramente republicano e eficiente. Ainda assim, os signatários não se opõem a todas as medidas propostas pelo governo ao Congresso Nacional, pois algumas são socialmente justas.

As características principais da carreira dos profissionais dedicados exclusivamente à docência e à pesquisa universitárias têm sido: o ingresso e a progressão vinculados ao mérito avaliado por concursos públicos; e, ademais, a garantia da aposentadoria depois de 30 ou 35 anos de serviço com proventos integrais vinculados ao último cargo exercido pelo docente pelo menos por cinco anos. Ressalte-se que todos os profissionais que ingressaram neste sistema, tenham vindo de instituições privadas de ensino ou de outras atividades, o fizeram na expectativa de que as regras existentes no ingresso fossem mantidas pelo Estado que os contratava e, sublinhe-se, organizaram suas vidas e a de suas famílias em função disso. Contra a idéia, infelizmente difundida por fontes oficiais, de que os docentes das universidades públicas são privilegiados, vemo-nos na contingência de enfatizar que, para boa parte deles, a opção pela carreira acadêmica foi feita em detrimento de atividades mais rentáveis porque viam nela a possibilidade

de realizar, embora com ganhos mais modestos, sua vocação para a docência e/ou para a pesquisa científica de ponta.

Mas não é apenas a vida das pessoas que está em jogo. É preciso dizer em alto e bom som que o padrão de carreira acima delineado, quando apoiado por um bom sistema de financiamento à investigação, foi capaz de produzir resultados notáveis, como são os da Universidade de São Paulo, que em nada ficam a dever aos das grandes universidades do mundo. O intolerável é que o governo recém eleito, ao invés de dar condições para que o sistema público de docência, pesquisa e financiamento científico se desenvolva e consolide em termos nacionais, o ameace com medidas que tenderão a nivelá-lo por baixo ou a destruí-lo. Há que salientar que mesmo em estados menos desenvolvidos, afastados dos principais centros culturais do país, a universidade pública tem exercido o papel de foco de difusão de concepções e de práticas modernizadoras e constitui um dos instrumentos de renovação da mentalidade dos grupos sociais locais.

#### **Aspectos destrutivos da reforma**

O elemento central da proposta de reforma que tende a destruir o sistema nacional de universidades públicas é a eliminação do sistema de aposentadorias pela remuneração do cargo mais alto atingido pelo docente nos últimos cinco anos antes da aposentadoria.

O projeto apresentado constitui um desestímulo para os jovens mais qualificados seguirem uma vocação acadêmica. Os docentes mais qualificados e experientes, que já completaram os atuais requisitos para a aposentadoria, vêm-se também ameaçados pela desvinculação proposta entre a remuneração obtida pelos que estão no exercício pleno de suas funções e a remuneração dos aposentados. Aposentados, sim, e não inativos – diga-se de passagem – pois uma grande parte deles continua ministrando aulas de graduação e pós-graduação, orientando alunos, pesquisando e publicando sem demandar em razão disso qualquer remuneração das suas universidades de origem, além da percebida em razão da aposentadoria.

Quanto aos docentes que, embora tenham qualificação superior e grande tempo de serviço, não alcançaram ainda os requisitos atuais para aposentadoria, a proposta governamental é verdadeiramente nefasta. Reduz brutalmente suas expectativas de direito, fazendo do salário integral, em função do qual esperavam aposentar-se, um mero componente de uma fórmula a ser definida em lei or-

Antropologia Rural, Antropologia Social, Antropologia Urbana e Etnologia.

**Departamento de Ciência Política:** ÁREAS: (Estratégia e Relações Internacionais, Instituições Políticas Brasileiras, Política Comparada); e DISCIPLINAS: (Instituições Políticas Brasileiras I/II; Teoria Política Moderna).

**Departamento de Filosofia:** ÁREAS: Estética e Filosofia da Arte; Ética e Filosofia Política I/II; História da Filosofia Antiga; História da Filosofia Contemporânea; História da Filosofia Medieval; História da Filosofia Moderna; Lógica; Teoria das Ciências Humanas; Teoria do Conhecimento e Filosofia da Ciência.

**Departamento de Geografia:** DISCIPLINAS: (FLG 540 Aerofotogeografia; Biogeografia; Cartografia Temática; Cartografia Temática da Geografia; Climatologia I/II; Elementos de Cartografia Sistemática; Fundamentos Econômicos, Sociais e Políticos da Geografia; Fundamentos Naturais da Geografia; Geografia Agrária I/II; Geografia Crítica e Ensino de 1º e 2º Graus; Geografia das Indústrias; Geografia Econômica I/II; Geografia Humana Geral e do Brasil; Geografia Política; Geografia Urbana I; Geografia da População; Geografia do Turismo; Geografia dos Recursos Naturais; Geografia Social; Geomorfologia I/II/III; Hidrografia; História do Pensamento Geográfico; Introdução à Cartografia; Pedologia; Planejamento; Sensoriamento Remoto Aplicado à Geografia, Solos Tropicais; Teoria Geográfica da Paisagem; Teoria e Método em Geoprocessamento; Teoria e Método da Geografia I/II; Geografia do Estado de São Paulo; Geografia Regional I - África do Sul; Geografia Regional II - Oriente Médio; Geografia Regional III - Europa; Geografia Regional IV - América Latina; Geografia Regional do Brasil I (Nordeste); Geografia Regional do Brasil II (Sudeste); Geografia Regional do Brasil III (Amazônia); Regional do Brasil IV (Sul); Geografia Urbana II); ÁREAS: Geografia Regional (DISCIPLINAS: Regionalização do Espaço Brasileiro; Teoria da Região e Regionalização, Regionalização do Espaço Mundial).

**Departamento de História:** área de História da América: (DISCIPLINAS: História da América Independente (Séculos XIX e XX); área de História Antiga (disciplina: a Pólis Grega, da definição à Crise da Guerra do Peloponeso); área de História do Brasil Colonial; área de História do Brasil Independente: (1ª unidade: A Formação do Estado nação e a institucionalização no Brasil - 2ª unidade: Os Conflitos sociais na Primeira República - 3ª unidade: A Centralização autoritária e os descaminhos da organização social no Brasil); História do

dinária e que incluirá no cálculo, “proporcionalmente”, as remunerações inferiores recebidas ao longo da vida e, nos casos mais graves – aqueles em que o docente iniciou sua vida profissional em instituições privadas – as contribuições feitas segundo o salário de referência da CLT. Acrescenta-se, ainda, que tais cálculos, a serem definidos – sabe-se lá como – em lei ordinária, valem também para os docentes com direito adquirido à aposentadoria pela lei atual, que começaram suas atividades profissionais seguindo o regime da CLT.

Nos dois últimos casos referidos – de docentes maduros do ponto de vista acadêmico, mas sem direito plenamente adquirido à aposentadoria integral, e/ou com parte da vida profissional regulada pela CLT — a aposentadoria posterior à eventual aprovação da reforma encaminhada pelo governo Lula implicará em cortes violentos nas suas atuais remunerações. É, pois, absolutamente previsível que, antes da eventual aprovação da pretendida reforma, venha a ocorrer uma gigantesca onda de aposentadorias, seja com remuneração integral (para os que completaram o tempo hoje exigido), seja com aposentadoria proporcional (para os que já podem exercer este direito).

Quais as implicações disso? Primeiro, as universidades públicas sofrerão uma enorme perda de pessoal altamente qualificado, com conseqüências óbvias para a docência e a produção cultural. Segundo, as universidades precisarão repor esses quadros precocemente aposentados. *Ampliar-se-á, pois, ao invés de diminuir, como o governo deseja, o dispêndio com pessoal.* Pagar-se-ão os recém aposentados pela lei atual e se contratarão jovens docentes pela nova lei, a qual exige também a contribuição “patronal” do governo para os fundos de pensão.

Não se trata aqui apenas de reiterar a importância de respeitar as expectativas de direito, em função das quais os docentes universitários e os funcionários de outras carreiras de Estado organizaram suas vidas. Queremos, fundamentalmente, sublinhar as implicações da forma de organizar as carreiras dos servidores públicos para o Estado que se deseja construir no país. Dessa construção a docência e a pesquisa universitárias, em tempo integral e dedicação exclusiva, constituem parte essencial. Pois bem, *a reforma proposta faz tabula rasa das grandes diferenças existentes entre a classe média de profissionais, técnicos e cientistas “de Estado” e a classe média assalariada da área privada.* Os agentes desta última podem e, em geral, costumam passar de empresa em empresa em busca de melhores condições de salário e trabalho. É do jogo. Os

profissionais de classe média do setor público não podem e não devem proceder desta forma. Devem (ou deveriam) constituir um corpo de funcionários hierarquizado por mérito, setorialmente diferenciado e imbuído de uma ética em que o interesse público deve ser a diretriz maior. A construção de um Estado como este é absolutamente fundamental para garantir a continuidade e aprofundar o processo de democratização que o Brasil vem experimentando nos últimos decênios e para o qual as universidades deram contribuição decisiva. *Chega a causar espanto a falta de reflexão que a proposta de reforma da previdência revela sobre os efeitos desorganizadores que produzirá no Itamarati, no Judiciário, no Ministério Público, na Receita Federal, no Banco Central e em outros ramos essenciais do aparelho de Estado, dentre os quais o sistema nacional de ensino público universitário é uma parte essencial.* Por incrível que possa parecer – e contra todas as promessas anteriores – *a reforma, caso aprovada, encaminha o país para a realização do anátema máximo reiteradamente lançado contra o governo anterior; ela se orienta no sentido de realizar institucionalmente o Estado dos sonhos dos neoliberais.*

#### **Aspectos construtivos mas insuficientes**

Embora tenhamos enfatizado, até aqui, os aspectos do projeto de reforma da previdência social do governo Lula que consideramos inaceitáveis para um país que deseja continuar construindo um sistema de universidades públicas que produza resultados de alta qualidade, há outros aspectos do projeto que, *a despeito de prejudicarem os interesses econômicos imediatos do seu pessoal acadêmico,* podem ser considerados não só aceitáveis como socialmente justos.

O primeiro deles diz respeito à contribuição de um percentual sobre a remuneração do funcionário a partir de certa faixa salarial, tanto para aposentados como para o pessoal da ativa. Parece-nos evidente que se os docentes em tempo integral e dedicação exclusiva das universidades públicas desejam continuar a receber aposentadorias equivalentes ao salário do cargo que ocuparam nos últimos cinco anos antes de se aposentar, devem contribuir para isso. E, como a quase totalidade dos funcionários só começou a contribuir nos anos 1990, é mais do que defensável a proposta do governo de exigir também dos aposentados uma contribuição solidária de 11% para preservar o sistema público de aposentadoria. Parece-nos razoável a base de R\$ 1.058,00 a partir do qual o percentual deverá ser calculado. Quanto aos docentes da ativa este percentual deverá obedecer, parece-nos, às características locais: em

São Paulo, por exemplo, todos os docentes e funcionários pagam, há decênios, contribuições para pensões (6%) e para assistência médica (2%) sobre o total das respectivas remunerações (e não sobre o salário de contribuição, como na CLT). O alto valor das contribuições para sustentar as futuras pensões torna, certamente, questionável a aplicação do redutor proposto pelo governo Lula de “no mínimo” 30% do salário do funcionário falecido. Se agregarmos ainda os 11% de contribuição “solidária” dos chamados “inativos”, o desconto sobre os ganhos dos pensionistas torna-se francamente extorsivo. Como a Assembléia Legislativa paulista acabou de aprovar proposta do governador de um desconto adicional de 5% para aposentadoria, o total descontado dos funcionários (13%) tornou-se claramente discutível.

No que diz respeito ao corpo docente das universidades públicas, o segundo aspecto positivo a ressaltar no projeto encaminhado ao Congresso é a fixação da idade mínima de 60 anos para aposentadoria dos funcionários. Com efeito, não vemos qualquer justificativa, nos dias de hoje, para que uma atividade eminentemente intelectual possa dar o direito a aposentadorias aos 48 anos para mulheres e aos 53 anos para os homens. Mais ainda, consideramos demagógica a fixação da idade mínima de 55 anos para as docentes (contra 60 para os homens). Trata-se de uma anacrônica e vergonhosa condescendência machista, na medida em que não só as mulheres são iguais aos homens em capacidade como têm uma expectativa de vida maior que a deles. O que falta - e é absolutamente necessário fixar - são regras de transição entre as atuais idades mínimas de aposentadoria para mulheres e homens e a desejável, de 60 anos, da mesma maneira que o governo anterior estabeleceu uma fórmula de transição quando ampliou em cinco anos o tempo mínimo de trabalho dos docentes das universidades.

Acreditamos que ainda há tempo para uma reflexão ponderada sobre a reforma da previdência e esperamos estar contribuindo para que surja das forças sociais em presença e, especialmente, do Congresso Nacional – que afinal de contas dará a última palavra no assunto – uma solução justa, que reforme a previdência sem inviabilizar o Estado republicano e o sistema nacional de universidades públicas de qualidade de que o Brasil necessita.

**Prof. Dr. Sedi Hirano**  
Presidente da Congregação – FFLCH/USP.

**Brasil Independente:** (DISCIPLINAS: Conflitos sócio-políticos e manifestações culturais A/B); área de História Moderna; área de Metodologia (A/B); área de História Ibérica; disciplina de Teoria da História; DISCIPLINAS: de História da Cultura; disciplina de História Contemporânea.

**Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas:** área de Filologia e Língua Portuguesa (opções: Filologia Portuguesa; Fonética e Fonologia da Língua Portuguesa; Gramática Descritiva; Lexicologia e Terminologia; Linguística Aplicada; Linguística Histórica; Pragmática; Sociolinguística do Português do Brasil); área de Filologia Românica; área de Língua e Literatura Grega (DISCIPLINAS: Língua Grega; Literatura Grega); Língua e Literatura Latina; área de Língua e Literatura Sânscrita (Língua Sânscrita; Literatura Sânscrita); Literatura Brasileira (opções: Análise e Interpretação de uma obra dos catorze autores citados no programas); Colônia: séculos XVI e XVII; Século XVIII; Século XIX: a prosa; Século XIX: a poesia; O Romantismo; O Realismo; Século XX: a poesia; O Modernismo de 20; O Modernismo de 30 a 45; Teatro: século XIX; Teatro: século XX); área de Literatura Infantil e Juvenil (Linguagens do Imaginário); área de Literatura Portuguesa, área de Literaturas Africanas de Língua Portuguesa; área de Toponímia (disciplina Toponímia Geral e do Brasil) e Tupi.

**Departamento de Letras Modernas:** área de Língua e Literatura Alemã (DISCIPLINAS:: Língua Alemã, Literatura Alemã, Tradução); área de Língua e Literatura Francesa (DISCIPLINAS:: Língua Francesa, Literatura Francesa; Tradução); área de Língua e Literatura Italiana (DISCIPLINAS:: Língua Italiana; Literatura Italiana e Tradução do Italiano); área de Língua Espanhola e Literatura Espanhola e Hispano-Americana (DISCIPLINAS:: Língua Espanhola, Literatura Espanhola; Literatura Hispano-Americana); área de Língua Inglesa e Literaturas Inglesa e Norte-Americana (DISCIPLINAS:: Língua Inglesa, Literaturas em Língua Inglesa, Tradução do Inglês).

**Departamento de Linguística:** ÁREAS: (Fonética-Fonologia; Historiografia da Linguística; Lexicologia e Lexicografia; Pragmática; Psicolinguística; Sociolinguística Teoria e Análise do Texto; Teoria Gramatical) e DISCIPLINAS:: (Semântica; Sintaxe-Semântica).

**Departamento de Letras Orientais:** área de Língua e Literatura Árabe (DISCIPLINAS:: Cultura Árabe, Língua Árabe; Literatura Árabe); área de Língua e Literatura Armênia (DISCIPLINAS:: Cultura Armênia, Língua Armênia, Literatura Armênia), área de Língua e Literatura Chinesa (DISCIPLINAS:: Cultura Chinesa, Língua Chine-



*PROFESSOR ANTONIO CANDIDO*

ENTREVISTA CONCEDIDA EM 20 DE MAIO DE 2003 PELO PROFESSOR ANTONIO CANDIDO AO ALUNO DANIEL CANTINELLI SEVILLANO, ORIENTANDO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DO PROF. SEDI HIRANO, DIRETOR DA FFLCH, CUJO PROJETO ESTÁ INSERIDO NAS COMEMORAÇÕES DOS 70 ANOS DA FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS



- Daniel Cantinelli Sevilano: Professor, eu gostaria que você me dissesse um pouco sobre sua formação acadêmica.

- Antonio Candido: No tempo em que eu estudei, havia uma instituição chamada Colégio Universitário, anexo à Universida-

de de São Paulo. No meu tempo, correspondia à reforma Francisco Campos: você tinha cinco anos de ginásio e dois anos de curso complementar. Então, a universidade resolveu ter seu curso complementar. Ele podia ser feito também em colégios, só que como era um curso de mais responsabilidade e mais caro, aqui em São Paulo poucos colégios tinham. Eram cinco seções, conforme a faculdade que você pretendesse cursar. Como eu pretendia cursar Ciências Sociais, eu entrei na primeira seção, que dava acesso à Filosofia, às Ciências Sociais, à Geografia, à História e ao Direito. Naquele tempo não havia ainda a faculdade de Economia. Em 1937-1938 eu cursei a 1ª e a 2ª série da 1ª seção do Colégio Universitário, o que era uma coisa excelente, pois era como se fosse um curso de colegial feito em nível de maior exigência e já na universidade. As aulas da 1ª seção funcionavam na Faculdade de Direito, a 2ª na Faculdade de Medicina, a 3ª na Politécnica, e assim por diante. Foi um curso muito importante. É claro que há professores bons e ruins, mas você sabe que uma instituição que tem 50% de professores bons é um triunfo, mais que isso é difícil. Então depende de a gente querer estudar. Eu, por exemplo, estava muito interessado em Sociologia, mas tinha um professor péssimo, que era um pobre diabo. Eu só aprendi muito porque estudei. Ele indicava os livros e eu os estudava. O importante é o aluno querer. Portanto, nesses dois anos eu aproveitei muito, fiz vestibular e entrei ao mesmo tempo na Faculdade de Direito e na Faculdade de Filosofia, na seção de Ciências Sociais. Isso, sob certo ponto-de-vista, foi ruim para mim, pois eu ia de manhã nas aulas da Faculdade de Direito e à tarde

na Faculdade de Filosofia. Tempo para estudar mesmo, sobrava pouco, porque à noite a gente já estava muito cansado. Mas mesmo assim eu estudei bastante.

- D.C.S: E o senhor acabou se formando nas duas?

- A.C: Não. Naquele tempo eu me bacharelei na Faculdade de Filosofia no começo de 1942. Nessa ocasião, eu estava passando para o 4º ano de Direito. Logo depois de formado eu fui nomeado assistente de Sociologia. Então eu deixei de frequentar a Faculdade de Direito. Eu ia muito pouco lá. Eu passei pro 5º ano em 2ª época. No meu tempo quem não frequentava, quem perdia o ano por faltas, podia fazer exame de 2ª época. Eu fiz e passei para o 5º ano. O 5º ano foi a mesma coisa, eu mal aparecia lá. Mas no fim do 5º ano eu acabei não fazendo exame final e não me bacharelei em Direito, embora tenha ficado muitos anos na Faculdade de Direito. Dediquei-me mais mesmo à Faculdade de Filosofia. Foi uma formação universitária boa, sobretudo por causa dos professores estrangeiros. Eu diria que foi boa em primeiro lugar pelos professores do Colégio Universitário. Tive lá uns cinco professores de muita categoria. Eu estudei muito no Colégio Universitário. Talvez foi o período da minha vida em que eu tenha estudado mais. Eu tinha as manhãs livres, e as noites livres, e na Faculdade de Filosofia e na Faculdade de Direito eu não tinha muito tempo de estudar. Mas eu prestava muita atenção às aulas e tomava muita nota. Eu tive na Faculdade de Filosofia excelentes professores estrangeiros. Primeiro que o fato de você estar cursando no Brasil uma faculdade de tipo europeu era muito importante. É claro que os cursos que esses professores davam não deviam ser do nível de uma universidade européia, porque eles sabiam que nós não aguentávamos o tranco. Eles davam um curso acessível, que a gente podia acompanhar. Mesmo assim, para mim foi fundamental a presença desses professores estrangeiros. Eu tive uma formação num período que as faculdades ainda

estavam começando, que as exigências eram poucas. Qualquer coisa que você fizesse você era aprovado, porque eles estavam interessados em ter aluno lá. Havia turmas pequenas, às vezes com apenas dois alunos, então não podia reprovar, senão acabava o curso. Era fácil fazer o curso. Não quero fazer romantismo e dizer que era um período áureo, não. Hoje em dia os alunos têm que estudar muito mais, as exigências são muito maiores, e a concorrência aumentou. No meu tempo não havia concorrência.

#### - DCS: Como era o vestibular?

- A.C: O vestibular que eu fiz para Ciências Sociais foi Filosofia, Geografia, História e Sociologia. Você era examinado pelos professores estrangeiros, geralmente com um assistente brasileiro para resolver o problema de língua. Isso porque os professores estrangeiros se comportavam de uma maneira totalmente colonizadora. Eles lecionavam na língua deles, você que se virasse. O Brasil naquela época era um país muito menos importante do que hoje. Ninguém se dava ao trabalho de aprender português. Hoje se um professor estrangeiro for contratado para ficar aqui quatro anos e der aulas na língua dele, é provável que os alunos protestarão e farão greve, e não aceitarão. Mesmo porque muitos não o entenderiam. No meu tempo nós tínhamos quatro a cinco anos de francês no ginásio. Toda a bibliografia era francesa. Então no Brasil qualquer pessoa que fizesse curso secundário e fosse estudioso entendia francês. E as aulas em italiano que nós tivemos também eram fáceis de entender, já que São Paulo era uma cidade muito italiana. Era como se fosse uma modesta faculdade européia nos trópicos. E esses professores eram alguns de personalidade muito radiante, inspirando muito a gente. O exemplo de intelectuais dava vontade de ler, de civilizar, de ver a vida segundo as normas que eles ensinavam.

#### - D.C.S: O vestibular era algo concorrido?

- A.C: Na Faculdade de Filosofia, nem sei quantas vagas havia. Talvez fossem 25 vagas por seção. Não sei ao certo, mas não era muito concorrido, não. O exame não era difícil. Eu passei mais ou menos bem em todos, porque eu tinha feito Colégio Universitário.

#### - D.C.S: Qual a relação dos estudantes com as missões estrangeiras?

- A.C: Dependia muito do estudante. Eu, por exemplo, tinha estudado na França, quando menino, um ano, então eu falava francês correntemente. Eu me comunicava com os professores franceses muito facilmente; os alunos que

sa; Literatura Chinesa); área de Língua e Literatura Hebraica (DISCIPLINAS:: Cultura do Povo Judeu na Antigüidade; Cultura do Povo Judeu na Idade Média; Cultura do Povo Judeu nos Tempos Modernos; Língua Hebraica; Literatura Hebraica Clássica e Medieval; Literatura Hebraica Moderna e Contemporânea (A/B)); área de Língua e Literatura Japonesa (DISCIPLINAS:: Cultura Japonesa Literatura Japonesa; Língua Japonesa); área de Língua e Literatura Russa (DISCIPLINAS:: Cultura Russa, Língua Russa, Literatura Russa).

**Departamento de Sociologia:** DISCIPLINAS:: (Conceitos Fundamentais de Sociologia; Fundamentos da Sociologia: Sociologia de Max Weber; Sociologia Compreensiva; Sociologia do Trabalho); ÁREAS (Sociologia da Cidade e cidadania, formas de vida e de participação; Sociologia do Consumo; Sociologia da Cultura; Sociologia da Educação, Sociologia Histórica e da Cultura, Sociologia Política, Sociologia da Religião A/B; Sociologia da Vida Cotidiana e Teoria Social e Cultura);

**Departamento de Teoria Literária e Literatura Comparada:** disciplina: (Literatura Comparada); ÁREAS (Teoria Literária A/B) área de Teoria Literária (DISCIPLINAS:: Literatura e Psicanálise, Teoria e História do Drama Moderno).

Para Maiores informações, contate na Seção de Apoio Acadêmico (0XX11) 3091-4590.

#### **MAE-USP**

A Profa. Dra. Maria Ligia Coelho Prado foi indicada pelo M. Reitor para integrar o Conselho Deliberativo do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP.

#### **NOVA DIRETORIA DO CITRAT**

Para o biênio 2003/2005, a diretoria do Centro contará com a seguinte composição: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Ieda Maria Alves, para o cargo de Diretora e o Prof. Dr. Francis Henrik Aubert, como Vice-Diretor.

#### **QUESTÃO DA INCLUSÃO SOCIAL**

O M. Reitor, na qualidade de Presidente do CRUESP, aprovou a criação de um Grupo de Trabalho com o objetivo de analisar a questão da Inclusão Social e apresentar propostas para aprimorar sua implementação nas Universidades Estaduais Paulistas. Para representar a USP foram indicados: a Profa. Dra. Sonia Teresinha de Sousa Penin, o Prof. Emérito da FFLCH, João Baptista Borges Pereira e o Prof. Dr. Roberto Celso Fabricio Costa.

não tinham iniciação no francês geralmente falavam em português com o professor e ele respondia em francês. Os professores eram acessíveis, em geral conversavam muito com a gente no corredor. Eram muito cordiais em geral. E você percebia que em todos eles havia um desejo de ajudar esse país moço, essa gente pouco instruída que nós éramos. Uma coisa simpática de muitos deles é que eles chamavam a nossa atenção para a necessidade de estudar o Brasil, as coisas brasileiras. Nós tivemos alguns professores, como o professor Pierre Monbeig, de Geografia Humana, o professor Roger Bastide, de Sociologia, que faziam questão de estudar o Brasil. Eu acho que o nosso contato com eles era fácil, era agradável, eles eram tolerantes, nos inspiravam muito e nos levaram a estudar nosso país.

**- D.C.S: Qual a expectativa dos estudantes com a criação da USP, da Faculdade de Filosofia?**

- A.C: Era um pouco vago. A idéia dos dois principais fundadores da USP, Julio de Mesquita Filho e Fernando de Azevedo, era de fazer quadros competentes para o ensino secundário. Porque antes no Brasil o ensino secundário era feito por professores improvisados. Por exemplo, na minha cidade, Poços de Caldas, abriu um ginásio. Quem ia ensinar? O médico ensinava História Natural; o farmacêutico, Química; o engenheiro da prefeitura, Matemática. Eles queriam formar professores especializados em geografia, em história. Para a opinião pública e para os próprios alunos a finalidade era criar quadros para o Magistério Normal e Secundário, para o Brasil poder ter uma base sólida de ensino secundário. Agora, quando você entrava na faculdade, você tinha também uma aspiração meio vaga, você não sabia se definir: você queria se cultivar, você queria ser culto. Claro que cada um tinha sua aspiração: muitas pessoas não queriam ser professores, não tinham a mínima vocação para ser professor; eles queriam se cultivar, depois iam pensar no que iam ser. Eu, por exemplo, minha idéia era ser diplomata. Nunca fui.

**- D.C.S: Havia alguma desconfiança em torno desses professores estrangeiros, de que eles trariam alguma idéia anarquista?**

- A.C: Não, a desconfiança era de tipo diferente. Houve uma certa birra das faculdades tradicionais em relação à Faculdade de Filosofia. Elas ficaram enciumadas, a Faculdade de Medicina e a Faculdade de Direito, porque se falou que agora ia começar a ciência pura no Brasil. Eles ficaram irritados demais. É um equívoco, porque, por exemplo, na Escola Politécnica, a matemática era ensinada, provavelmente muito

bem, mas para quê? Para formar engenheiros. Isso que se chama de ciência pura é matemática ensinada para formar matemáticos, e não engenheiros. A biologia, por exemplo, era ensinada para os médicos. A economia, na Faculdade de Direito, era para ajudar os advogados, enquanto que na Faculdade de Filosofia a matemática era para formar matemáticos; a sociologia, para formar sociólogos; a economia, para formar economistas. Isso é que se chama ciência desinteressada, pesquisa científica. Então a Faculdade de Filosofia irritou muito as velhas faculdades. E houve também aí uma questão política. Como os patrocinadores da universidade pertenciam ao Partido Democrático, o pessoal do Partido Republicano Paulista, PRP, ficou contra. Havia, por exemplo, o interventor Adhemar de Barros, que queria fechar a Faculdade de Filosofia. O jornal chamado *A Gazeta* volta e meia publicava coisas desagradáveis, dizendo que era um acinte chamar professores estrangeiros quando havia notabilidades no Brasil, que isso era um desprezo pela pátria. Havia essa atmosfera. Os professores estrangeiros, politicamente, a coisa foi muito curiosa. Eu sei que você está interessado em ver ideologia aí, não é? No seu plano<sup>1</sup>, você fala em missões. É preciso que você saiba que formalmente só havia a missão Francesa e a Italiana. Os alemães a gente chama de missão, mas não era. Missão são professores contratados por um governo de acordo com o governo do país de origem. É uma coisa oficial. Os professores franceses que vinham eram destacados pelo Governo francês e contratados pelo Governo brasileiro. Italianos, idem. Alemães, não. Os alemães eram todos judeus e antinazistas. O Governo brasileiro não teve nada com o governo alemão. Uma coisa muito positiva. Eles foram contratados individualmente, portanto eles não eram uma missão. Agora, veja bem, naquele tempo a Itália estava num regime fascista. E as pessoas que fizeram a USP eram liberais, democratas, alguns até com ideais socialistas. Então, o que eles fizeram? Coisa muito sábia, que pouca gente leva em conta, mas que nós sabíamos. Eles pensaram: "Não podemos contratar para matérias que tenham conotação ideológica nenhum italiano, de jeito nenhum, que aí vem fascismo junto". Então, para História, Economia, Filosofia, Sociologia, foram contratados franceses, porque a França era uma democracia. Os italianos foram então contratados para coisas que independem de ideologia: matemática, física, paleologia, grego, geometria, geologia, literatura italiana, nada a ver com ideologia. Os alemães eram todos antinazistas e liberais. Há uma tolice

<sup>1</sup> Meu plano de pesquisa sobre os 70 anos da FACULDADE DE FILOSOFIA – Daniel Cantinelli Sevillano

que corre por aí, que está dita em livros de pessoas muito respeitáveis, mas que é uma solene tolice, que o professor Levi-Strauss era comunista, e que por isso o contrato dele não foi renovado. Porém, ele não era nem comunista, nem socialista. Ficou-se sabendo mais tarde que ele tinha uma vaga simpatia pelo Partido Socialista. Aqui, ele nunca falou de política. Segundo um professor francês que conversou comigo, o Julio de Mesquita não quis que ele fosse recontratado porque ele ficava muito tempo no meio dos índios em vez de dar aulas. E dizia: "Esse homem foi contratado para dar aulas, para formar sociólogos, e não para fazer a carreira dele pesquisando no meio dos índios". Naquele tempo havia uma espécie de convenção de que o professor não tinha o direito de transmitir ideologia na sala de aula. Lá o professor não dava nenhuma conotação ideológica à sua aula. No corredor sim, na conversa sim. Era uma universidade de cunho liberal.

O que esses professores tinham era que eles eram realmente democratas, eu diria de tendência democrata radical. Eles nos ensinaram a ter uma visão radical da sociedade, mesmo sem ideologia, porque se fazia uma análise coerente da sociedade. O que é ser radical? É ir às raízes. Se você estuda economia, política, sociologia, você começa a fazer a crítica das instituições. Então a Faculdade de Filosofia adquiriu uma conotação diferente da Faculdade de Direito: na FD, tudo o que você aprendia lá era no fundo para assegurar a manutenção da ordem estabelecida, defender a propriedade, a família, o Estado, o comércio. Na Faculdade de Filosofia tudo o que você aprendia te levava a criticar a ordem estabelecida.

**- D.C.S.: Qual foi a reação da Faculdade ao Estado Novo?**

- A.C.: A Faculdade era totalmente apolítica. Como o corpo docente era todo estrangeiro, e por questão de elegância, de respeito, eles não davam palpite na política do país. Havia toda liberdade, nunca se sentiu o peso do Estado Novo na Faculdade; os alunos eram despolitizados.

O Grêmio da Faculdade era um grêmio apolítico. Quando ele começou a ter alguma manifestação política foi na base da picaretagem até, ali por volta de 41, 42, 43. Eu não sei bem porque eu não participava de nada, mas havia uns presidentes de grêmio que eu acho que eram meio picaretas. Agora quem politizou os estudantes da Faculdade foi o Paulo Emilio Salles Gomes quando ele foi aluno. O Paulo Emilio esteve na prisão, foi para a Europa, fez o curso mais tarde, ele formou-se em 44, com 26 anos. Ele, com a experiência política que tinha, politizou os estudantes. A partir do Paulo Emilio, a partir da turma de 44, a Faculdade de Filosofia tornou-se extremamente politizada.

**- D.C.S.: Essa turma de 44 teve algum papel na queda do Getúlio Vargas?**

- A.C.: Não, não. A Faculdade de Direito era a única faculdade de SP que pensava na política. E lá havia um grupo contra o Getúlio. Quem fez movimento duro contra o Getúlio foi a FD. Eu participei dele como aluno de Direito, não como estudante da Filosofia. Na FD eu fazia política, na Filosofia não. Ninguém pensava nisso na Filosofia, que não teve importância nenhuma contra o Estado Novo, ao contrário da FD, que teve papel muito importante contra o Getúlio.

**- D.C.S.: Como a 2ª. Guerra Mundial atingiu a Faculdade?**

- A.C.: No começo, a gente torcia pela França, os professores franceses estavam ali. Houve até um professor francês que ficou louco com a derrota da França. Quando o Brasil entrou na guerra, os professores italianos foram mandados embora. Já a Faculdade de Direito se mobilizou, estudantes e professores, pela entrada do Brasil na guerra. A FD teve um papel importante na luta contra o Estado Novo e pela entrada do país na guerra.

**- D.C.S.: Como era a relação da USP com o governo no início?**

- A.C.: A USP no começo foi muito bem bafejada pelo governo, porque era o governo do Armando Salles de Oliveira, fundador da Universidade e cunhado do Julio de M. Filho. De modo que o governo deu tudo o que a USP precisava. A coisa começou a piorar em 1938, quando entrou o Adhemar de Barros, que quis fechar a Faculdade de Filosofia. Ele fechou o Instituto de Educação e quis fechar a Filosofia. E nomeou um professor de História, chamado Alfredo Ellis Junior, como diretor, para acabar com a faculdade. Só que o Alfredo Ellis tornou-se Diretor da faculdade, viu o que era a faculdade e passou a defender a Filosofia.

**- D.C.S.: Houve uma época em que o Governador resolveu modificar a forma de escolha dos Diretores das faculdades da USP. O senhor se lembra disso?**

- A.C.: Na verdade eu não sou muito bom para esse tipo de pergunta porque eu sempre vivi muito à margem da parte administrativa da USP. Eu fui assistente, mas assistente não participava de Congregação e não dirigia nada. Depois, eu fui ensinar Literatura em Assis, e quando eu voltei fui professor colaborador contratado em nível de titular, mas que não participava de Congregação. Por isso, eu só fui membro da Congregação como professor 2 anos antes de

me aposentar. Também nunca participei de Conselho Universitário, eu sou uma pessoa que se separa do mundo oficial da Faculdade.

**- D.C.S.: Como os professores escolhiam seus assistentes?**

- A.C.: Naquele tempo era fácil ser assistente, porque os cargos dos assistentes foram sendo criados aos poucos. Como eles precisavam de assistentes, você era convidado para se tornar um. Eu, por exemplo, fui convidado, não me candidatei. Naquele tempo era diferente: o assistente era assistente do professor; o professor era soberano, ele escolhia quem ele quisesse, e demitia a hora que quisesse. O assistente não tinha carreira, não se aposentava. Ele era um funcionário demissível a qualquer momento. Então havia muitos rapazes que se formavam na faculdade e eram convidados a ser assistente, mas não aceitavam, preferiam prestar concurso para o ensino do Estado, que naquele tempo era bem pago. Eu tive vários colegas que não queriam ser assistentes porque diziam que iam ganhar menos, não teriam aposentadoria e não teriam estabilidade. No ensino secundário você tinha estabilidade, aposentadoria e ganhava mais.

**- D.C.S.: Qual a diferença entre os departamentos atuais e as antigas cadeiras?**

- A.C.: Antigamente havia as cadeiras e os professores catedráticos. O professor escolhia seus assistentes e os demitia. Então ele fazia praticamente o que ele queria: ele fazia o programa, mandava para a secretária e estava acabado. O 1º. Departamento de humanidades que se organizou, se não me engano, foi o de Geografia e o de História. Foi um professor estrangeiro quem deu a idéia. Ele disse que precisávamos nos organizar em departamento, e nós organizamos as duas cátedras de Sociologia, a de Antropologia e a de Política e criamos o departamento de Sociologia e Antropologia, em 1947. Aí, com um chefe de departamento, a coisa é diferente. Você faz reunião, combina os cursos, distribui as tarefas. Aí começa a ser uma coisa muito mais organizada. E aí o peso do catedrático diminui, porque os assistentes são um conjunto.

**- D.C.S.: Existia pesquisa na área de Humanidades como existe hoje?**

- A.C.: A Faculdade de Filosofia foi, no começo, sobretudo uma faculdade de aulas teóricas. A Escola de Sociologia e Política fazia mais questão de pesquisa, a Faculdade de Filosofia menos. Mas logo isso mudou. Por exemplo, os

professores geralmente, mesmo os estrangeiros, mandavam os alunos fazerem pesquisa para nota, e depois aproveitavam a pesquisa.

No meu caso, quando eu estava no 1º. ano, o prof. Roger Bastide estava estudando o negro em São Paulo. Então ele falou para mim e um colega meu: "Eu quero que vocês estudem qual era a mortalidade infantil negra no Vale do Paraíba no século XVIII". Fizemos a pesquisa, demos tudo para o professor e ele aproveitou para o trabalho dele.

No 2º. ano, eu estava tendo Sociologia Estética, e o prof. Bastide me disse que eu precisava fazer uma pesquisa, eu perguntei se poderia fazer uma pesquisa sobre a evolução do gosto musical na cidade de São Paulo, e ele disse que sim. Fui até a Discoteca Municipal, dei uma olhada nas fichas de consulta de discos e até as redações de jornais para ver programas de concerto. Terminei o trabalho, e quando estava chegando na faculdade para entregá-lo, um colega meu, muito inteligente e vadio, pediu para que eu colocasse seu nome no trabalho, o que eu fiz. Daí veio a nota, sete, e um recado: se fosse trabalho feito por um só, merecia nota maior, mas para dois é um trabalho menor.

**- D.C.S.: Dando um pulo até a década de 60, eu queria saber qual a situação da Faculdade de Filosofia com o golpe de 64 e o AI-5 em 68.**

- A.C.: Esta foi uma fase mais madura da Faculdade. A maioria dos professores eram brasileiros, que podiam atuar politicamente. E a Faculdade já era muito politizada, talvez a mais politizada de São Paulo, ao contrário de antes. A Maria Antônia se tornou um pólo, que atraía toda a mocidade da cidade. À noite, você tinha centenas de pessoas que não eram alunos e ficavam conversando na calçada, no bar da esquina, no saguão. Bem em frente nós tínhamos o Mackenzie, universidade extremamente conservadora. Então a rua ficou mais ou menos assim: radical de cá, conservadora de lá.

A Maria Antônia ficou muito mal vista pelas autoridades. De fato, se você fosse fazer um levantamento do número de professores de esquerda, era um número muito grande; os alunos, então, eram a maioria. Houve a briga dos estudantes daqui com os estudantes dali; gerou conflito, aquela calamidade, até morreu gente. Houve feridos, o prédio ficou destruído, bombas jogadas lá dentro, prisões na hora. Eu estava lá.

**- D.C.S.: Qual a reação da Faculdade ao golpe de 64?**

- A.C.: Com o golpe, a Faculdade foi invadida imediatamente. O golpe foi no dia 31 de março, e no dia 2 ou 3 a



faculdade foi invadida. Eu ia dar minha aula à noite, deixei meu automóvel na rua Dr. Vila Nova e virei na Maria Antônia. Quando eu virei, já vinha uma multidão correndo, professores e alunos. E uma aluna, que não gostava de mim porque eu a tinha reprovado, disse: "Professor, não vá lá que eles matam o senhor". Eu vi passar professores em pânico, dizendo para não ir lá. Eu queria saber o que era aquilo, e fui contra a multidão até chegar lá. Quando cheguei no prédio, não pude entrar. Procurei o chefe da Guarda Civil, que me disse que eu não podia entrar, que eram as ordens que ele havia recebido, que quem estava dentro não saía, e quem estava fora não entrava. Fiquei por ali até que resolvi ir ao bar da esquina, e telefonei para o Diretor e o Secretário da Faculdade, que foram para lá.

Passado isso, eles instituíram um IPM, Inquérito Policial Militar. Mas eles chamaram apenas 4 professores, o João Cruz Costa da Filosofia, o Florestan Fernandes e o Fernando Henrique de Sociologia, e o Mário Schenberg de Física, e um aluno. Todos os professores tinham fama de comunista. Foram chamados, interrogados pelo IPM e acabou não dando em nada. A única coisa que deu foi a prisão do Florestan, porque ele disse para o coronel do IPM que havia escrito uma carta e que gostaria de lê-la. Quando o coronel a leu, ele disse para o Florestan não entregar a carta, porque ele seria obrigado a prendê-lo se ele fizesse aquilo. O Florestan disse que a carta estava entregue, e aí ele foi preso.

Nós descobrimos que o Florestan estava preso num Quartel de Infantaria no Parque Pedro II. Fomos eu, os professores Fernando de Azevedo e Aziz Simão e mais uma ou duas pessoas. Não nos deixaram vê-lo, mas o Florestan disse depois que havia ouvido a nossa voz. No dia seguinte, eles perceberam a burrada que tinham cometido, e soltaram o Florestan. Quando ele chegou na Faculdade, foi uma apoteose, todo mundo cantando o hino nacional.

Nos anos seguintes, a situação acalmou um pouco, até que a coisa ficou feia mesmo em 68, quando baixaram o AI-5 e foram cassados Florestan, Fernando Henrique, Ianni, Paula Beiguelman, Gianotti, Bento Prado.

**- D.C.S.: E qual a reação da Faculdade a essas cassações?**

- A.C.: A gente fazia reunião, assembléias. Houve até uma vez em que nós nos reunimos na Cidade Universitária e decidimos por uma demissão coletiva. Foi o Paulo Emilio, professor da ECA e da Faculdade de Filosofia, que nos impediu. Ele disse que aquilo era um erro, porque se a gente se demitisse aí é que o governo colocava quem ele quisesse dentro da universidade. Ele era mais politizado, disse para a gente não ceder o nosso lugar, deixar acontecer e

deixar patente a injustiça. Quando você se demite, ele disse, a decisão é sua; mas se você é demitido, aí há o escândalo. Nós decidimos ficar, e aí a vida foi muito desagradável, cheio de tiras, alunos-tiras, alunos-espíões, delatores, funcionários do DOPS.

Às vezes você estava dando aula e entrava tropa na Faculdade para prender alunos em eleições clandestinas. Você ia para a Faculdade mas não sabia se voltava para casa. A gente ajudava os colegas perseguidos. Eu mesmo pus colegas em automóvel para passar por barreiras.

**- D.C.S.: Com a mudança para a Cidade Universitária, onde eram as aulas?**

- A.C.: Com a ocupação da Maria Antônia, eu procurei o pessoal de Geografia e História e pedi para eles nos emprestarem umas salas de aula. As aulas de Letras ficaram ali no prédio de Geografia até que eles construíram uns barracões para nossas aulas. Barracões horríveis, onde você dava aula numa sala e o seu colega te escutava na sala de aula. Levou vários anos para construir o prédio atual de Letras.

**- D.C.S.: Como o senhor viu a transformação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas?**

- A.C.: Olha, a Faculdade não podia continuar como estava. Ela estava muito grande, era preciso se separar. Nós éramos contra a separação, mas no fim eu fiz parte da Comissão dos Institutos. Nessa ocasião, quase que o Instituto de Letras se separou. Mas na última hora os colegas de Letras me disseram: "Olha, nós de Letras não somos muito visados. Eles acham que Letras é perfumaria". E Letras era menos politizada que os demais cursos. E como se tratava de uma sessão grande, misturada com as demais ia servir para não deixar os colegas de Ciências Sociais e Filosofia mais visados, sozinhos. E isso foi o que decidiu pela permanência das Letras na Faculdade. Na época, foi uma solução boa, mas hoje em dia já não tenho opinião formada. Mas o fato é que essas faculdades muito grandes têm que se dividir. Se a Faculdade não tivesse se dividido, hoje teria uma Congregação de 400 ou 500 professores. Isso não é Congregação, é Comício.

**- D.C.S.: O senhor acha que a Faculdade de Filosofia era uma faculdade elitista na sua época?**

- A.C.: É claro que havia diferença de classe social dos seus alunos. Havia pessoas das velhas famílias aristocráticas e pessoas muito humildes. Mas isso há em todas as faculda-

des. E é errado dizer que a Faculdade de Filosofia era uma faculdade elitista, porque independente da classe social dos seus alunos, ela comunicava uma visão radical, de análise da sociedade, que acabou levando a faculdade a ter uma posição crítica em relação à sociedade de maneira geral. Não subversiva, uma visão crítica. Portanto, isso não é elitista, muito pelo contrário. Ao passo que a Faculdade de Direito, independente da origem social de seus membros, levava a uma ideologia de manutenção e sustentação da Ordem, portanto, uma ideologia de *status quo*, mais conservadora. Isso são esquematizações, evidentemente, mas eu diria que uma faculdade como a de Direito era muito mais elitista que a de Filosofia. Sem contar que na concepção brasileira, advogado, médico e engenheiro constituem uma aristocracia. E nós éramos uma plebe. Farmácia, Odontologia, Filosofia, tudo isso é coisa secundária, naquela visão antiga, no começo da universidade. Cursos menores, remunerações menores, falta de projeção social, não fornece presidente da república, não fornece senador, deputado. Nós éramos uma espécie de classe baixa, enquanto que as grandes faculdades eram a classe alta. Portanto, eu não vejo, de maneira nenhuma, que a Faculdade de Filosofia fosse uma faculdade elitista.

**- D.C.S: Mas o senhor disse que no começo ela causou uma ...**

- A.C: No começo, me consta, eu não conheci essa fase, nos primeiros quatro, cinco anos, ela foi um acontecimento social. Então contaram que havia poucos alunos com vocação para o magistério e para a pesquisa nas seções humanísticas, e que havia muito ouvinte grã-fino, que ia pra lá tomar chá das 5 e assistir aula. Isso no meu tempo já não existia. Houve uma democratização muito grande na faculdade, acho que a partir do 2º ano, que foi imprimida pelo Fernando de Azevedo quando ele propôs ao Julio de Mesquita Filho, que obteve um decreto do Armando Salles de Oliveira, comissionando professores primários de boa nota para serem alunos da universidade. Então a faculdade recrutou um número muito grande de rapazes economicamente muito modestos, mas que levaram à faculdade uma contribuição intelectual muito grande. Da seção de História eu sei do professor Eduardo de D'Oliveira França, uma das grandes cabeças da faculdade, e que era um professor primário. De maneira que essa medida do Fernando de Azevedo democratizou muito a faculdade, independente daquele aspecto ideológico. Por todas essas razões eu acho que a Faculdade de Filosofia não foi uma faculdade elitista, embora os seus críticos e seus adversários disse-

ram que era, porque achavam que era um luxo. Professor estrangeiro, para quê, se havia professor brasileiro aqui? Bobagem gastar dinheiro com professor estrangeiro. Segundo: para que perder tempo com Literatura, Filosofia, essas bobagens? Queriam coisas práticas, daí viam a faculdade como coisa elitista. Meu tio mesmo me dizia: "Você faz as duas faculdades, mas vai viver mesmo é da Faculdade de Direito, porque a Faculdade de Filosofia é um requinte de paladar". Ele achava que eu seria um advogado e que por ser uma pessoa culta estudava também Filosofia, Sociologia, História... mas isso para aperfeiçoar a minha cultura, e não para viver. Coisa séria é médico, advogado e engenheiro.

**- D.C.S: E ainda existem pessoas que pensam assim, né?**

- A.C: Exatamente. As pessoas não vêem que é a partir dos estudos interessados que surgem as coisas práticas, e não o contrário. Tudo o que é prático, que é aplicado, nasce da especulação, da imaginação, do palpíte, do devaneio. De modo que a Faculdade de Filosofia teve esse grande papel de implantar no ensino superior as humanidades que no Brasil eram deixadas ao abandono até então. E eu repito sempre que uma das funções importantes sociais da faculdade foi a igualdade da mulher. Foi a 1ª faculdade em que a mulher entrou em pé de igualdade com os homens. Na minha turma de Direito, nós éramos 300. Foi a maior turma de Direito até então. E havia 6 mulheres.

**D.C.S: É só isso, professor, muito obrigado pela entrevista.**

A.C: Espero que seja útil.

**D.C.S: Será.**

## SEÇÃO DE FOTOS



Prof. Dr. José Bueno Conti



Professor do Departamento de Geografia

**Participe da seção:**

mande uma carta para o SDI (prédio da administração – sala 121) ou e-mail (di@usp.br) dizendo quem é a pessoa da foto da edição de maio do INFORME.

## EVENTOS

### *PROFA. DRA. MARILENA CHAUI RECEBE TÍTULO*

A Profa. Dra. Marilena de Souza Chauí recebeu em 22 de junho, na Universidade Paris 8 na França, o título de doutora honoris causa. O presidente da Universidade, Pierre Lunel, o filósofo Claude Lefort e os professores Jacques Poulaine e Patrice Vermeren acompanharam a docente no evento que a homenageou por seu trabalho e suas ações públicas em defesa dos direitos políticos e civis.

A filósofa contou com a presença de sua mãe, a senhora Laura de Souza, que prestigiou a condecoração da

primeira brasileira na Universidade. Emocionada, a docente da FFLCH-USP declarou ao repórter da Folha de São Paulo, Fernando Eichenberg: "A França sempre foi uma presença muito intensa para mim, tanto no sentido da minha formação como pelos horizontes de cultura, política e do trabalho filosófico. Mas sempre considerei que havia uma distância intransponível, e que jamais me colocaria na posição de um par daqueles que haviam sido meus professores".

### *HOMENAGEM À PROFA. DRA. MARILENA CHAUI*

Homenagem da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas e do Departamento de Filosofia à Profa. Dra. Marilena Chauí, pelo Título de *Dr Honoris Causa* na Universidade Paris VIII

O evento será realizado em:  
28 de agosto de 2003 às 17h30  
Prédio da Administração da FFLCH – Salão Nobre, 145  
Rua do Lago 717 – Cidade Universitária – SP

### *V COLÓQUIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS SOBRE O SÉCULO XVII HOMENAGEM AO PROFESSOR LÍVIO TEIXEIRA*

O Projeto Temático, apoiado pela Fapesp, Experiência e razão no Pensamento Moderno, sob a coordenação da Profª Drª Marilena Chauí, doutora *Honoris Causa* pela Universidade de Paris, e a Associação de Estudos do Século XVII, a qual congrega pesquisadores de diversas universidades, dando prosseguimento à ampliação e consolidação de contatos institucionais no Brasil e no exterior, promovem o V Colóquio Internacional de Estudos sobre o século XVII, que irá focar as relações entre Experiência e Ra-

zão. O evento reunirá intérpretes da filosofia e da cultura dos Seiscentos, o que reforçará laços de intercâmbio, estabelecidos entre professores-pesquisadores, estudantes de pós-graduação e de graduação, assegurando continuidade a um histórico de realizações.

O evento ocorrerá de 26 a 28 de Agosto de 2003, das 10 às 20h, no Departamento de Filosofia da USP - Av. Professor Luciano Gualberto, 315 - Sala 08 - Térreo - Cidade Universitária - CEP 05508-900 - São Paulo - SP.

## HUMANITAS

### *PARTICIPAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS: OS CONSELHOS TUTELARES DA CRIANÇA EM SÃO PAULO*

CÁTIA AIDA SILVA



R\$ 20,00  
85-7506-084-8  
14 x 21 cm 242p

Tomando os conselhos tutelares como espaços de participação da sociedade civil na gestão das políticas da infância, o livro privilegia a discussão dos conflitos políticos entre diversos atores e as dificuldades de

legitimação dos conselhos em São Paulo, durante a transição da gestão petista de Luiza Erundina para a gestão de Paulo Maluf. O livro discute a polêmica que gravita em torno dos novos direitos implementados pelo Estatuto da Criança (ECA).



## HUMANITAS CONVIDA PARA O LANÇAMENTO DO LIVRO: *KALEIDOSCOPIIC VIEWS OF IRELAND*

KALEIDOSCOPIIC VIEWS OF IRELAND é uma compilação de ensaios interdisciplinares realizados por ocasião do Congresso Internacional de Estudos Irlandeses organizado pela Universidade de São Paulo, IASIL (International Association for the Study of Irish Literatures), e a Embaixada da Irlanda em Brasília, em julho de 2002.

**NOITE DE AUTÓGRAFOS**  
20 de Agosto a partir das 18h30  
Livraria Cultura do Shopping Villa Lobos  
Av Nações Unidas, 4777

Renomados críticos da literatura e cultura irlandesa como Terence Brown e Nicholas Grene de Trinity College Dublin; Edna Longley de Queen's University Belfast, Fintan O'Toole do Irish Times, Ann Saddlemyer de Toronto University, Canadá, John Brannigan, Maurice Harmon e Christopher Murray de University College Dublin, Margaret Kelleher da National University of Ireland Maynooth e Maria Tymoczko de University of Massachusetts Amherst, transitam nos campos da literatura, história, política e estudos culturais ampliando o debate atual sobre a Irlanda.

O destaque do livro inclui duas entrevistas com o famoso romancista contemporâneo John Banville no Memorial da América Latina e o dramaturgo Billy Roche, além de um poema inédito do poeta contemporâneo Michael Longley.

Breve c.v.

**MUNIRA MUTRAN:** Livre Docente da Universidade de São Paulo, professora do curso de Estudos Lingüísticos e Literários em Inglês. Autora do livro *Album de retratos* (2002) e organizadora de *Guirlanda de histórias: uma antologia do conto irlandês*. Presidente da ABEI (Associação Brasileira de Estudos Irlandeses) e Vice-Presidente da IASIL (International Association for the Study of Irish Literatures); co-organizadora do evento cultural em São Paulo, Bloomsday.

**LAURA IZARRA:** Professora Doutora da Universidade de São Paulo, do curso de Estudos Lingüísticos e Literários em Inglês. Autora do livro *Mirrors and Holographic Labyrinths. The process of a new aesthetic synthesis in the novels of John Banville* (1999), entre outros; co-editora com Munira H. Mutran de *The Brazilian Journal of Irish Studies* desde 1999.

O INFORME FFLCH-USP convida os docentes que desenvolvem projetos nas modalidades Projeto Integrado CNPq (nível 1A) e Temático FAPESP a divulgar o seu trabalho

Na edição do mês de setembro, dentro do encarte *Produção Científica* estaremos incluindo parte dos projetos desenvolvidos pelos docentes da FFLCH. O tema será a pesquisa na nossa Unidade e os textos de até 1 lauda podem ser enviados para o INFORME, para constar desse dossiê.

Contamos com a sua colaboração.

## INFORME

Informativo da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – USP

N. 4 – julho/agosto/2003

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS  
SDI – SERVIÇO DE DIVULGAÇÃO E INFORMAÇÃO  
PRÉDIO DA ADMINISTRAÇÃO – RUA DO LAGO, 717  
CIDADE UNIVERSITÁRIA – CEP 05508-900  
TELFAX: 3091-4612 – FONE: 3091-4938

O Comitê Editorial do Informe encontra-se à disposição para o recebimento de material. Artigos devem, preferencialmente, conter 50 linhas de 70 toques e outras matérias (notícias, eventos etc) no máximo 10 linhas. Tel/Fax (0XX11) 3091-4612 e e-mail: di@usp.br